

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	16
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	22
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	23
2.5 Medições não contábeis	24
2.6 Eventos subsequentes as DFs	25
2.7 Destinação de resultados	26
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	27
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	28
2.10 Planos de negócios	29
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	37
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	39
5.2 Descrição dos controles internos	46
5.3 Programa de integridade	50
5.4 Alterações significativas	54
5.5 Outras informações relevantes	55

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 - Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com (i) as demonstrações financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e suas respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras auditadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores entendem que a Companhia apresentou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver as suas atividades, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazos.

Exercício findo em 31 de dezembro de

(Em milhões de R\$, exceto os índices)	2022	2021
Lucro Líquido	986	822
EBITDA ⁽¹⁾	2.099	1.698
Patrimônio líquido	2.865	3.234
Endividamento bruto ⁽²⁾	4.805	4.353
Endividamento líquido ⁽³⁾	4.255	3.717
Caixa e equivalentes de caixa (considera títulos e valores mobiliários circulante e não circulante)	550	636
Índice endividamento líquido/endividamento bruto + Patrimônio líquido ⁽⁴⁾	0,55	0,49
Índice endividamento líquido/EBITDA ⁽⁵⁾	2,03	2,19

(1) EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM 156/22 conciliada com suas demonstrações financeiras e/ou Informações Trimestrais – ITR. O EBITDA consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e dos custos e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"). O EBITDA não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, bem como não é substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. Não poderá também ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos. O EBITDA não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para reconciliação do EBITDA para o lucro líquido, verificar a seção "2.5 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras".

(2) O endividamento bruto refere-se à soma do saldo de empréstimos e financiamentos (incluindo encargos), debêntures e instrumentos financeiros derivativos, líquidos (circulante e não circulante). Para reconciliação do endividamento bruto, verificar a seção "2.5 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras".

(3) O endividamento líquido corresponde ao endividamento bruto deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante). O endividamento líquido não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o endividamento líquido de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do Endividamento Líquido é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira. Para reconciliação do endividamento líquido, verificar a seção "2.5 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras".

(4) Índice representado pelo endividamento líquido dividido pela soma do endividamento líquido com o patrimônio líquido consolidado.

(5) Índice representado pelo endividamento líquido dividido pelo EBITDA dos últimos 12 meses.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022

No âmbito financeiro, a Companhia registrou em 2022 lucro líquido de R\$ 986 milhões, 20% superior ao registrado em 2021. Em dezembro de 2022, a dívida líquida da Neoenergia Elektro, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 4.255 milhões (dívida bruta de R\$ 4.805 milhões), apresentando crescimento de 14% (R\$ 538 milhões) em relação a dezembro de 2021. Em relação a segregação do saldo devedor, 85% da dívida está contabilizada no longo prazo e 15% no curto prazo.

Índices de Liquidez	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	1,23	1,47
Liquidez Seca (Ativo Circulante - Estoques/Passivo Circulante)	1,23	1,47

Adicionalmente, caso se identifique a necessidade de acessar o mercado para financiar seus investimentos ou para captar recursos para capital de giro, os diretores da Companhia entendem que a Neoenergia Elektro tem capacidade para contratá-los, visto que atualmente tem acesso a fontes de financiamento para o desenvolvimento de seus negócios.

Outros eventos relacionados a situações não administráveis pela Companhia são comentados nos itens subsequentes, assim como seus potenciais efeitos sobre a liquidez.

b. Estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia (consolidado) teve a seguinte evolução no último exercício social:

Estrutura de Capital	Exercício Social terminado em			
	2022		2021	
	R\$ MM	%	R\$ MM	%
Capital de Terceiros	7.061	71,14%	7.443	69,71%
Capital Próprio	2.865	28,86%	3.234	30,29%
Total	9.926	100%	10.677	100%

NOTA: O Capital de Terceiros considera Passivo Circulante e Não Circulante. Capital Próprio considera o valor do Patrimônio Líquido Consolidado

Em 31 de dezembro de 2022, a participação de terceiros representava 71,14% do passivo total da Companhia, 68,05% deste valor é referente a sua dívida bruta, refletindo os investimentos em crescimento orgânico, aquisições e instalações de novos equipamentos em unidades existentes.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Neoenergia Elektro apresenta capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e médio prazo, pois adota uma política financeira robusta que busca manter um montante de dívida, estrutura de amortização e prazo médio compatíveis com o ciclo econômico de suas atividades.

As dívidas da Companhia têm aval de sua controladora, a Neoenergia S.A. Os contratos com cláusulas de covenants estão sujeitos aos índices apurados no nível individual e na Holding Neoenergia e esses são apresentados logo abaixo:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Valores em R\$ MM

Indicador Elektro	Neoenergia	2022	2021
Dívida Líquida		4.255	3.717
EBITDA		2.099	1.698
Dívida Líquida/EBITDA		2,03	2,19

Fonte: DFP

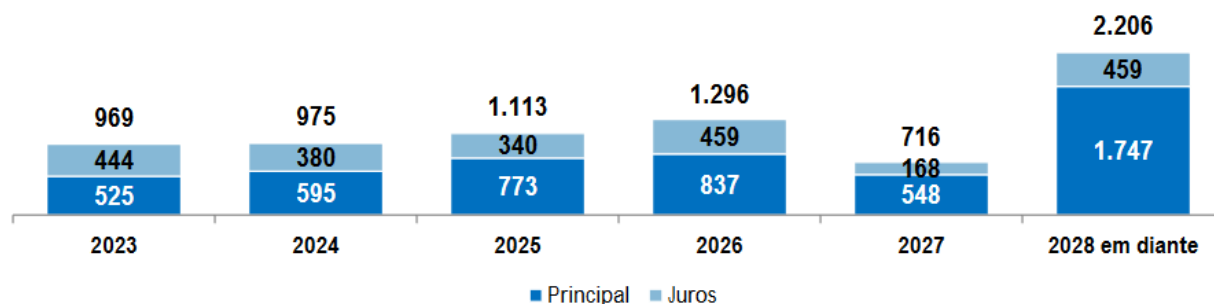
Indicador Neoenergia	2022	2021
Dívida Líquida/EBITDA	3,15	3,12

Fonte: DFP Neoenergia.

Cronograma de amortização, com data-base de 31/12/2022 (em R\$ milhões):

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas de mercado futuro para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2022. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas informações contábeis de 31 de dezembro de 2021, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.

R\$ milhões



	Principal	Juros	Instrumentos derivativos	Total
2023	595.105	383.018	(8.988)	969.135
2024	758.235	343.155	(125.897)	975.493
2025	866.327	320.373	(73.341)	1.113.360
2026	887.060	447.310	(37.867)	1.296.503
2027	610.014	163.816	(58.315)	715.515
Entre 2027 e 2031	1.408.772	345.650	-	1.754.422
Entre 2032 e 2036	225.429	99.948	-	325.377
2037 em diante	112.714	12.798	-	125.512
Total	5.463.657	2.116.068	(304.408)	7.275.317

Em 27 de março de 2023, a Standard & Poor's – S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em “BB-” na Escala Global e ‘brAAA’ na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

d. As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas

Para realizar os investimentos em ativos não circulantes e no capital de giro, a Companhia se utiliza da própria geração de caixa operacional e de financiamentos de terceiros.

A Companhia tem como premissa da sua política financeira diversificar as fontes de financiamento de seus investimentos e capital de giro junto a bancos comerciais, organismos multilaterais e agências de fomento, a exemplo do BNDES, BNB, FINEP, BEI, dentre outros.

A Companhia pode recorrer ainda ao mercado de capitais, por meio de emissão de notas promissórias e debêntures, ou outras fontes de financiamento, visando à manutenção de uma estrutura de capital e liquidez adequadas. A Companhia avalia constantemente alternativas de financiamento atrativas para suas operações.

A possibilidade de enquadramento prioritário de lastro de capex para posterior emissão de debêntures incentivadas pela Lei 12.431 para o segmento de distribuição foi ampliada pela Portaria MME nº 505, de 24 de outubro de 2016, e posteriormente atualizada pela Portaria MME nº 245 de 27 de junho de 2017. Desde então a Companhia vem considerando também esse instrumento como forma de financiamento alternativo ou complementar ao financiamento com os bancos de fomento.

Os Diretores da Companhia esclarecem, por fim, que estas operações financeiras são recorrentes e seguem o curso normal dos negócios da Companhia dentro de uma gestão prudente do passivo financeiro.

A seguir apresentamos as captações realizadas em 2022 (em R\$ mil):

Modalidade	Vencimento	Indexadores	Valor Captado
<u>Contratos de Dívida no Mercado Internacional</u>			
<i>Dólar</i>			
4131	04/01/2027	CDI	200.000
		10,85%	200.000
<u>Contratos de Dívida no Mercado Nacional</u>			
Financiamento	15/06/2040	IPCA	50.000
Taxa Média/Subtotal		15,95%	50.000
Total e taxa média		11,87%	250.000

Nota: A taxa média calculada considera a ponta passiva das dívidas em moeda estrangeiras, e a conversão dos indexadores a uma taxa nominal, considerando o mês da contratação.

A seguir apresentamos as emissões de debêntures realizadas em 2022 (em R\$ mil):

Ativo	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
11ª Debêntures - 1ª série (EKTRA1)	jul/27	CDI + 1,28	104.000
11ª Debêntures - 2ª série (EKTRB1)	jul/29	CDI + 1,43	96.000
11ª Debêntures - 3ª série (EKTRC1)	jul/29	IPCA + 6,6230	300.000
Total			500.000

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Para informações mais detalhadas sobre os contratos relevantes de financiamento utilizados pela Companhia, vide alínea (f) deste item.

e. As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não - circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Faz parte da estratégia da Companhia acompanhar e ajustar os compromissos financeiros à geração de caixa, evitando dessa forma captações de curto prazo. Eventualmente pequenas operações podem ser realizadas apenas com o objetivo de equacionamento de fluxo de caixa.

Ainda que a Direção entenda que possui uma gestão de caixa conservadora, a Companhia poderá avaliar a manutenção de linhas de Credit Facility junto a algumas instituições financeiras, contratadas para cobrir eventuais necessidades pontuais geradas por possíveis descasamentos de fluxo de caixa ao longo do mês.

A Diretoria acredita, com base em seus atuais planos operacionais e de investimento, que o saldo e a geração de caixa operacional, somada à possibilidade de captação de recursos de terceiros, provenientes de contratos financeiros junto às instituições financeiras de primeira linha e/ou através de instrumentos financeiros junto ao mercado de capitais, tanto local como exterior, quando necessário, suportam a eventual necessidade de recursos para o financiamento do capital de giro e para a realização de investimentos em ativos não-circulantes, como, por exemplo, expansão orgânica, compra de equipamentos, dentre outros.

A Companhia pretende manter a estratégia adotada nos últimos anos com a concentração do financiamento dos planos de investimento via bancos de fomento, organismos multilaterais e possíveis emissões de debêntures de infraestrutura. Para Capital de Giro os instrumentos comumente utilizados pela Companhia são: Cédulas de Crédito Bancário (CCB), Linhas de 4131 com Swap, Notas Promissórias e Debêntures.

Desde a publicação da Lei 12.431, a Companhia vem se financiando também por meio da emissão de debêntures de infraestrutura. A possibilidade de lastro para o segmento de distribuição foi ampliada pela Portaria ANEEL nº 245 de 27 de junho de 2017, podendo ser futuramente considerada como uma alternativa ou complementariedade ao financiamento com os bancos de fomento.

f. Os níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

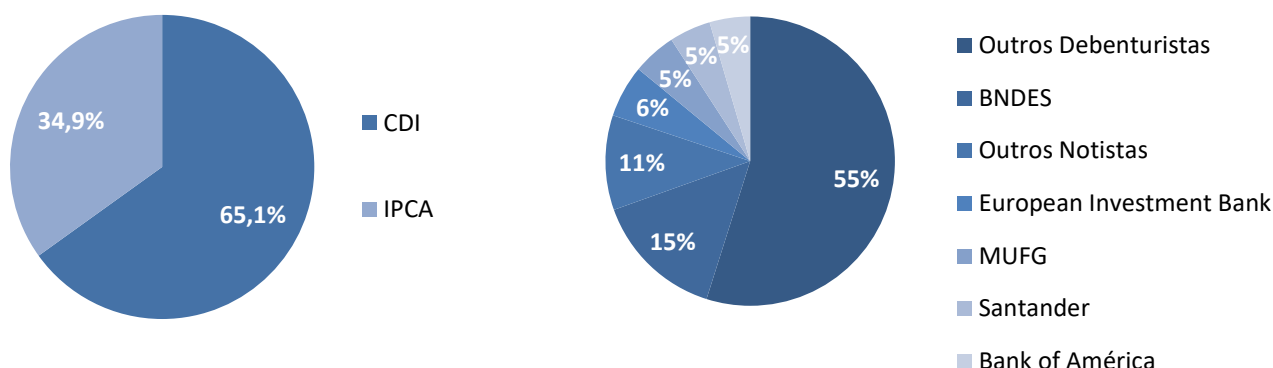
Faz parte da política financeira da Companhia buscar constantemente alongamento de prazo e redução de custos da sua dívida. O endividamento total da Companhia é composto pelo somatório do passivo circulante e do passivo não circulante, conforme apresentado na tabela abaixo:

Estrutura de Capital	Exercício Social terminado em			
	2022		2021	
	R\$ MM	%	R\$ MM	%
Passivo Circulante	2.245	31,80%	2.453	32,95%
Passivo Não Circulante	4.816	68,20%	4.990	67,05%
Total	7.061	100%	7.443	100%

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os gráficos e tabela abaixo apresentam as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em 31 de dezembro de 2022 por credor:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais



A tabela abaixo apresenta os contratos de empréstimo e financiamento mais relevantes em 31 de dezembro de 2022:

Credor	Início	Vencimento	Valor do Principal	Saldo em 31/12/2022
Outros Debituristas	2018 a 2022	2023 a 2031	2.595.843	2.636.192
BNDES	2019 a 2021	2027 a 2040	705.210	704.060
Outros Notistas	2021	2023 a 2026	435.000	509.005
BEI	2013 a 2017	2025 a 2027	511.204	280.344
				4.129.600

Os contratos de empréstimos são utilizados em geral para capital de giro. Os principais contratos de empréstimos vigentes em 31 de dezembro de 2022 são:

i. Neoenergia Elektro x MUFG: em 04 de janeiro de 2022, a Neoenergia Elektro realizou captação de recursos por meio de empréstimo realizado junto ao MUFG, na modalidade Step-up Loan com base na Resolução 4.131 do Banco Central do Brasil. A operação foi contratada no valor total de R\$ 200.000 mil com juros semestrais e amortização anual a partir de 2025, com vencimento em 04 de janeiro de 2027. Com o objetivo de eliminar o risco de variação cambial da captação em moeda estrangeira, foi contratada uma operação de swap com mesmo fluxo de liquidação do financiamento cuja contraparte é o próprio MUFG.

Os contratos de financiamentos são voltados para investimentos em infraestrutura. Os principais contratos de financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2022 foram captados nas distribuidoras e celebrados com órgãos de fomento como BNDES e o European Investment Bank (Banco Europeu de Investimentos – BEI):

i. Neoenergia Elektro x BNDES: os programas de financiamento da distribuidora totalizam R\$ 1.250.167 mil de valor contratado junto ao BNDES. São contratos de financiamento mediante abertura de limite de crédito rotativo que são destinados a investimentos voltados para infraestrutura (implantação ampliação e modernização de ativos fixos; aquisição de máquinas e equipamentos; estudos e projetos de engenharia; investimentos ambientais e em P&D).

ii. Neoenergia Elektro x BEI: em 31 de outubro de 2013, foi celebrado o contrato de financiamento com o BEI com desembolsos no volume de USD 230.023.257,24 e com o objetivo de financiar parte dos investimentos para os anos de 2013 a 2017. Em 31 de outubro de 2013 ocorreu o primeiro desembolso no valor de USD 128.898.257,24, com amortização anual a partir de outubro de 2016. Em 1º de julho de 2016 e 05 de julho de 2017 ocorreram a segunda e terceira liberações de aproximadamente USD 56.125 mil e USD 45.000 mil, com vencimento final previsto para julho de 2027. Com o objetivo de eliminar o risco de variação cambial da captação em moeda estrangeira, foram contratadas operações de swap com mesmo fluxo de liquidação do financiamento, cuja contraparte são Santander, HSBC e Goldman Sachs.

As emissões de mercado de capitais representam 65% do endividamento bruto em 31 de dezembro de 2022 e as principais operações estão descritas a seguir:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

i. Neoenergia Elektro – 7ª emissão de debêntures (três séries): em 28 de junho de 2018, a Neoenergia Elektro realizou captação de recursos por meio da 7ª emissão de debêntures, dividida em três séries: a primeira com valor de R\$ 661.275 mil, e vencimento em 15 de maio de 2023; a segunda com valor de R\$ 338.725 mil, e vencimento em 15 de maio de 2023; e a terceira com valor de R\$ 300 milhões, e vencimento em 15 de maio de 2025. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado como capital de giro.

ii. Neoenergia Elektro - 8ª emissão de debêntures (série única): em 04 de maio de 2020, a Neoenergia Elektro realizou a captação para a 8ª emissão de debêntures, em série única, no valor de R\$ 260 milhões e vencimento em 04 de maio de 2022. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado como capital de giro.

iii. Neoenergia Elektro - 9ª emissão de debêntures (duas séries): em 13 de maio de 2021, a Neoenergia Elektro realizou a captação para a 9ª emissão de debêntures, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 405 milhões e vencimento em 11 de maio de 2026; a segunda com valor de R\$ 295 milhões e vencimento em 10 de maio de 2028; e a terceira com valor de R\$ 320 milhões e vencimento em 15 de outubro de 2031. A finalidade desta emissão foi utilizar os recursos captados para liquidação da 1ª Série da 7ª Emissão de Debêntures e para capital de giro.

iv. Neoenergia Elektro - 10ª emissão de debêntures (três séries): em 29 de outubro de 2021, a Neoenergia Elektro realizou a captação para a 10ª emissão de debêntures, dividida em três séries: a primeira com valor de R\$ 130 milhões e vencimento em 15 de outubro de 2026; a segunda com valor de R\$ 260 milhões e vencimento em 15 de outubro de 2028; e a terceira com valor de R\$ 260 milhões e vencimento em 15 de outubro de 2031. A finalidade desta emissão foi utilizar os recursos captados para capital de giro (primeira e segunda séries) e investimento (terceira série).

v. Neoenergia Elektro - 3ª emissão de notas promissórias (cinco séries): em 31 de agosto de 2021, a Neoenergia Elektro realizou a captação para a 3ª emissão de notas promissórias, dividida em cinco séries: a primeira com valor de R\$ 65 milhões e vencimento em 31 de outubro de 2022; a segunda com valor de R\$ 65 milhões e vencimento em 31 de outubro de 2023; a terceira com valor de R\$ 65 milhões e vencimento em 30 de outubro de 2024; a quarta com valor de R\$ 65 milhões e vencimento em 30 de outubro de 2025; e a quinta com valor de R\$ 240 milhões e vencimento em 30 de outubro de 2026. A finalidade desta emissão foi utilizar os recursos captados para investimento (emissão verde).

iv. Neoenergia Elektro – 11ª emissão de debêntures (três séries): em 15 de julho de 2022, a Neoenergia Elektro realizou a captação para a 11ª emissão de debêntures, dividida em três séries: a primeira com valor de R\$ 104 milhões e vencimento em 15 de julho de 2027; a segunda com valor de R\$ 96 milhões e vencimento em 15 de julho de 2029; e a terceira com valor de R\$ 300 milhões e vencimento em 15 de julho de 2029. A finalidade desta emissão foi utilizar os recursos captados para investimento.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém contratos de prestação de serviços bancários com diversas instituições financeiras como de arrecadação de contas de luz, de administração de contas, de escrituração de ações e debêntures, de conta corrente e transferências bancárias e de prestação e/ou administração de garantias, de administração e gestão de recursos em fundos exclusivos, derivativos, etc. Todos os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures foram descritos acima.

iii. Sobre o grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia possui dívidas de natureza quirografária e de natureza real, cujas garantias são constituídas principalmente por aval da Neoenergia, fundos vinculados à dívida ou cessão, vinculação e centralização de recebíveis.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os contratos financeiros do Grupo Neoenergia possuem algumas restrições impostas pelos credores, tais como:

Limite de endividamento:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A maioria dos contratos restringe o endividamento apenas de forma indireta ao exigir o atendimento de certos indicadores financeiros, tais como Dívida Líquida/EBITDA e EBITDA/Resultado Financeiro, que são apurados na Controladora Neoenergia.

Os contratos de financiamento celebrados com o BNDES para suportar investimentos, possuem restrições para a contratação de novas dívidas sem prévia anuência do credor, caso o nível de alavancagem da Companhia, medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA, supere parâmetros pré-determinados.

Distribuição de dividendos:

A maioria dos contratos não possui restrição para pagamento de dividendos, desde que a Companhia esteja adimplente com suas obrigações. Algumas dívidas destinadas a financiamento de projetos, tal como dívidas do BNDES, possuem restrições para pagamentos de proventos acima do mínimo legal sem prévia anuência do credor.

Alterações societárias:

A maioria dos contratos permite alterações societárias desde que realizadas dentro do Grupo Econômico. As dívidas captadas junto ao BNDES não permitem alterações societárias sem prévia anuência.

O Grupo Neoenergia monitora constantemente suas restrições contratuais para que sejam atendidas. No entendimento da Companhia, as restrições dos últimos três exercícios foram atendidas de forma satisfatória.

g. Os limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia possui contratos de financiamento com saldo ainda não totalmente utilizado até 31/12/2022, conforme tabela abaixo:

Credor	Empresa	Valor Contratado (R\$ Mil)	Valor Utilizado (R\$ Mil)	Saldo Utilizado
BNDES	Neoenergia Elektro	687.355	550.000	80,02%

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras constantes nas demonstrações de resultado referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram extraídas das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Estas demonstrações financeiras foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes no exercício de 2020, e pela DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes nos exercícios de 2021 e 2022, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Demonstrações de Resultado (valores em R\$ mil)

Comparação das Demonstrações de Resultado referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO	2022	AH%	AV%	2021	AH%	AV%
RECEITA BRUTA	12.772.648	4%	152%	12.274.235	21%	144%
(-) Deduções da receita bruta	(4.383.538)	16%	-52%	(3.769.290)	13%	-44%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8.389.110	-1%	100%	8.504.945	24%	100%
Custo do serviço	(6.197.006)	-8%	-74%	(6.764.765)	23%	-80%
LUCRO BRUTO	2.192.104	26%	26%	1.740.180	31%	20%
Perdas de créditos esperadas	(89.371)	-1%	-1%	(90.476)	-34%	-1%
Despesas com vendas	(57.328)	11%	-1%	(51.728)	16%	-1%
Despesas gerais e administrativas	(256.314)	30%	-3%	(196.523)	0%	-2%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	1.789.091	28%	21%	1.401.453	48%	16%
Resultado financeiro	(406.207)	66%	-5%	(244.567)	99%	-3%
Receita financeira	257.526	65%	3%	155.655	30%	2%
Despesa financeira	(598.999)	47%	-7%	(406.458)	50%	-5%
Outros resultados financeiros, líquidos	(64.734)	-1138%	-1%	6.236	-79%	0%
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	1.382.884	20%	16%	1.156.886	40%	14%
Imposto de renda e contribuição social	(396.733)	19%	-5%	(334.399)	42%	-4%
Corrente	(255.262)	37%	-3%	(186.806)	6%	-2%
Diferido	(141.471)	-4%	-2%	(147.593)	152%	-2%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	986.151	20%	12%	822.487	39%	10%

Receita Líquida

COMPONENTES DA RECEITA BRUTA	2022	AH%	AV%	2021	AH%	AV%
Fornecimento de energia	5.735.381	-1%	68%	5.771.334	20%	68%
Disponibilidade da rede elétrica	5.407.705	21%	64%	4.480.259	12%	53%
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	92.335	-61%	1%	239.811	681%	3%
Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE	-	-100%	0%	27	-100%	0%
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais	(65.545)	-109%	-1%	690.983	65%	8%
Receita de Construção	1.128.008	61%	13%	698.579	3%	8%
Valor de reposição estimado da concessão	313.163	11%	4%	280.867	160%	3%
Outras receitas	161.601	44%	2%	112.375	44%	1%
Total da Receita Bruta	12.772.648	4%	152%	12.274.235	21%	144%
(-) Deduções da receita bruta	(4.383.538)	16%	-52%	(3.769.290)	13%	-44%
Total receita operacional líquida	8.389.110	-1%	100%	8.504.945	24%	100%

A composição da receita operacional líquida da Companhia é a seguinte:

Fornecimento de energia elétrica

O fornecimento de energia elétrica, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 5.735.381 mil, que representa 68% do total da receita operacional líquida, apresenta uma redução de 1% (R\$ 35.953 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 5.771.334 mil) em função, principalmente da redução do fornecimento de energia, impactada, pelo consumo das classes Residencial, Industrial e Rural.

O fornecimento de energia elétrica, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 5.771.334 mil, que representa 68% do total da receita operacional líquida, apresenta um crescimento de 20% (R\$ 953.584 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 4.817.750 mil) em função, principalmente à: (i) aumento do fornecimento de energia, impactada, pelo consumo das classes Residencial, Comercial, e Poder Público e (ii) aumento das subvenções baixa renda baixa renda, CDE e bandeira tarifária.

Disponibilidade da rede elétrica

A disponibilidade da rede, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 5.407.705 mil, que representa 64% do total da receita operacional líquida, apresenta um crescimento de 21% (R\$ 927.446 mil), quando comparado

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

a 31 de dezembro de 2021 (R\$ 4.480.259 mil). O incremento verificado se deve reajuste tarifário ocorrido em agosto/2022.

A disponibilidade da rede, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 4.480.259 mil, que representa 53% do total da receita operacional líquida, apresenta um crescimento de 12% (R\$ 476.212 mil), quando comparado a 31 de dezembro de 2020 (R\$ 4.004.047 mil). O incremento verificado se deve a situações climáticas adversas enfrentadas na área de concessão da Neoenergia Elektro, e também devido ao aumento da TUSD (base para cálculo da componente monetária das transgressões).

Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A venda de energia de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 92.335 mil, que representa 1% do total da receita operacional líquida, apresenta uma redução de 61% (R\$ 147.476 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 239.811 mil) em função, principalmente, do aumento do PLD médio do SE de R\$ 279,68MWh para R\$ 59,41MWh e impactado também pelas recontabilizações de meses anteriores.

A venda de energia de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 239.811 mil, que representa 3% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 681% (R\$ 209.115 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 30.696 mil) em função, principalmente, do aumento do PLD médio do SE de R\$ 176,90MWh para R\$279,71MWh e impactado também pela diferença de preços entre os submercados.

Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

Os efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais, em 31 de dezembro de 2022, no montante negativo de R\$ 65.545 mil, que representa -1% do total da receita operacional líquida, apresenta uma redução de 109% (R\$ 756.528 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 690.983 mil) em função, principalmente, do impacto das despesas de energia e efeitos do curto prazo, com destaque para o redutor bandeira tarifária alocado nos Encargos de Serviços do Sistema (ESS) em 2022 e o próprio custo do Encargo de Segurança Energética e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS_CAR), conforme determinado pela ANEEL.

Os efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais, em 31 de dezembro de 2021, no montante positivo de R\$ 690.983 mil, que representa 8% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 65% (R\$ 272.531 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 418.452 mil) em função, principalmente, do impacto das despesas de energia, efeitos do curto prazo e saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário em 2021.

Receita de Construção

A receita de construção, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 1.128.008 mil, que representa 13% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 61% (R\$ 429.429 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 698.579 mil) em função, do aumento no Investimento em frota de veículos e caminhões e em máquinas e equipamentos em 2022.

A receita de construção, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 698.579 mil, que representa 8% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 3% (R\$ 22.437 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 676.142 mil) em função, do aumento no Investimento de máquinas e incorporação de subestações realizadas em 2021.

Valor de reposição estimado da concessão

O valor de reposição estimado da concessão, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 313.163 mil, que representa 4% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 11% (R\$ 32.296 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 280.867 mil), em função de: (i) nova forma de reavaliação dos ativos incrementais (ativos adicionados ao sistema elétrico e contabilizado a partir da última RTP), aderente ao preconizado pelo Submódulo 2.3 (Base de Remuneração Regulatória), PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária) (R\$ 122.556 mil); e (ii) impacto negativo em função da redução do índice IPCA (R\$ 90.260 mil).

O valor de reposição estimado da concessão, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 280.867 mil, que representa 3% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 160% (R\$ 172.756 mil),

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 108.111 mil), devido, principalmente, ao crescimento do índice IPCA no período.

Outras receitas

As outras receitas, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 161.601 mil, que representa 2% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 44% (R\$ 49.226 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 112.375 mil), com destaque para arrendamentos e aluguéis, em função de novos contratos e reajuste de preços dos contratos já existentes.

As outras receitas, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 112.375 mil, que representa 1% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 44% (R\$ 34.272 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 78.103 mil), com destaque para arrendamentos e aluguéis, em função de novos contratos e reajuste de preços dos contratos já existentes.

Deduções da receita bruta

As deduções da receita bruta, em 31 de dezembro de 2022, no montante negativo de R\$ 4.383.538 mil, que representa -52% do total da receita operacional líquida, apresenta um crescimento de 16% (R\$ 614.248 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (-R\$ 3.769.290 mil) em função, principalmente de: (i) aumento de R\$ 490.790 mil, em CDE devido ao aumento das quotas conforme REH 3.034 de 26/04/2022 e de R\$ 142.273 mil da CDE Conta-COVID, conforme Despacho 939 de 05/04/2021.

As deduções da receita bruta, em 31 de dezembro de 2021, no montante negativo de R\$ 3.769.290 mil, que representa -44% do total da receita operacional líquida, apresenta um crescimento de 13% (R\$ 444.946 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (-R\$ 3.325.344 mil) em função, principalmente de: (i) aumento de R\$ 250.072 mil em ICMS e de R\$ 91.149 mil em PIS/COFINS, em função do efeito do crédito de exclusão de ICMS na base do PIS/COFINS; e (ii) aumento de R\$ 125.946 mil, em CDE devido ao aumento das quotas conforme REH 2.814 de 01/12/2020, REH 2.833 de 02/02/2021, REH 2.834 de 02/03/2021, REH 2.864 de 27/04/2021 e da CDE Conta-COVID conforme Despacho 939 de 05/04/2021.

Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	2022	AH%	AV%	2021	AH%	AV%
Energia elétrica comprada para revenda	(2.790.950)	-25%	42%	(3.708.652)	21%	52%
Encargos de uso do sistema transmissão	(1.530.184)	-9%	23%	(1.688.236)	43%	24%
Não Gerenciáveis	(4.321.134)	-20%	65%	(5.396.888)	27%	76%
Pessoal e benefícios a empregados	(423.704)	18%	6%	(357.901)	12%	5%
Administradores	(2.938)	-34%	0%	(4.471)	-33%	0%
Serviços de terceiros	(191.422)	12%	3%	(171.331)	25%	2%
Depreciação e amortização	(311.290)	5%	5%	(296.131)	24%	4%
Impostos, taxas e contribuições	(9.517)	54%	0%	(6.190)	36%	0%
Perdas de créditos esperadas	(89.371)	-1%	1%	(90.476)	-34%	1%
Custo de construção	(1.128.008)	61%	17%	(698.579)	3%	10%
Outros	(122.635)	50%	2%	(81.525)	-36%	1%
Gerenciáveis	(2.278.885)	34%	35%	(1.706.604)	4%	24%
Total	(6.600.019)	-7%	100%	(7.103.492)	21%	100%

A composição dos custos e despesas da Companhia é a seguinte:

Energia elétrica comprada para revenda

A energia elétrica comprada para revenda, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 2.790.950 mil, apresenta uma redução de 25% (R\$ 917.702 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 3.708.652 mil) em função, principalmente de: (i) Redução de R\$ 273.486 mil de energia adquirida no ambiente regulado em consequência da geração térmica, sazonalização e preço médio; (ii) Aumento de R\$ 213.168 mil de contratos por cotas de garantia física, cotas das usinas Angra I e Angra II e energia curto prazo – PLD e MRE dos contratos de compras de energia em virtude Reajuste Tarifário (Custo Médio) e sazonalização; (iii) Aumento de R\$ 46.352 mil do Proinfa conforme resolução; (iv) Redução de R\$ 783.486 mil de custos variáveis do MCP justificado pelo Risco Hidrológico; (v) Redução de R\$ 208.284 mil, variação cambial de energia Itaipu; e (vi) Redução de R\$ 88.036 dos créditos de PIS/COFINS.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A energia elétrica comprada para revenda, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 3.708.652 mil, apresenta um aumento de 21% (R\$ 651.138 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 3.057.514 mil) em função, principalmente de: (i) Redução de R\$ 587.012 mil de energia adquirida no ambiente regulado em consequência geração térmica, sazonalização e preço médio; (ii) Aumento de R\$ 314.521 mil de contratos por cotas de garantia física, cotas das usinas Angra I e Angra II e energia curto prazo – PLD e MRE dos contratos de compras de energia em virtude Reajuste Tarifário (Custo Médio) e sazonalização; (iv) Redução de R\$ 16.711mil do Proinfa conforme resolução; (v) Redução de R\$ 487.357mil de custos variáveis do MCP justificado pelo Risco Hidrológico; (vi) Aumento de R\$ 36.067mil, aumento da demanda e variação cambial de energia Itaipu; e (vii) Aumento de R\$ 89.354 do crédito PIS/COFINS.

Encargos de uso do sistema transmissão

Os encargos de uso do sistema de transmissão, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 1.530.184 mil, apresenta uma redução de 9% (R\$ 158.052 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.688.236 mil) em função, principalmente de: (i) Aumento dos encargos de rede, conexão e uso do sistema de distribuição em R\$ 78.345 mil motivados pelo Reajuste Tarifário e aumento da demanda; (ii) Redução do ESS e aumento do EER em R\$ 465.307 e R\$ 214.643 mil, respectivamente, devido à variação ESS Brasil e EER; (iii) Redução da provisão penalidade MUST em R\$ 166 mil; (iv) Redução energia Itaipu em R\$ 6.517 mil; e (v) Redução de R\$ 20.950 mil nos créditos de PIS/COFINS.

Os encargos de uso do sistema de transmissão, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 1.688.236 mil, apresenta um aumento de 43% (R\$ 507.630 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.180.606 mil) em função, principalmente de: (i) Redução dos encargos de rede, conexão e uso do sistema de distribuição em R\$ 79.869 mil motivados pelo Reajuste Tarifário e aumento da demanda; (ii) Redução do ESS e EER em R\$ 489.068 devido à variação ESS Brasil e EER; (iii) Provisão penalidade MUST de R\$ 3.931; e (iv) Crédito de PIS/COFINS de R\$ 57.375 mil.

Pessoal, Administradores e Benefício pós-emprego

As contas de pessoal, administradores e benefício pós-emprego, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 426.642 mil, apresenta um aumento de R\$ 64.270 mil, quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 362.372 mil), em função, principalmente, do reajuste salarial.

As contas de pessoal, administradores e benefício pós-emprego, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 362.372 mil, apresenta um aumento de R\$ 36.914 mil, quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 325.458 mil), em função, principalmente, do aumento de vale alimentação em decorrência da cesta básica por colaborador e aumento da remuneração em decorrência do reajuste salarial.

Serviços de terceiros

Os serviços de terceiros, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 191.422 mil, apresentam um crescimento de 12% (R\$ 20.091 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 171.331 mil) em função, principalmente de: (i) leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica (R\$ 4.532 mil); (ii) corte, ligação e religação (R\$ 6.713 mil); e (iii) comunicação (R\$ 5.315 mil).

Os serviços de terceiros, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 171.331 mil, apresentam um crescimento de 25% (R\$ 34.476 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 136.855 mil) em função, principalmente, do aumento dos serviços de projetos e serviços técnicos, software, serviços se's e It's, serviços de telecomunicações e mão de obra contratada.

Depreciação e amortização

A depreciação e amortização, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 311.290 mil, apresenta um aumento de 5% (R\$ 15.159 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 296.131 mil), devido ao grande volume de unitizações.

A depreciação e amortização, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 296.131 mil, apresenta um aumento de 24% (R\$ 57.392 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 238.739 mil), devido ao aumento de baixas - saldo residual e grande volume de unitizações.

Perdas de créditos esperadas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022, a PCE apresenta um montante de R\$ 89.371 mil, tendo uma variação positiva para o resultado de -1% (R\$ 1.105 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 90.476 mil), resultado das ações de cobrança administrativa e de campo.

Em 31 de dezembro de 2021, a PCE apresenta um montante de R\$ 90.476 mil, tendo uma variação positiva para o resultado de -34% (R\$ 45.679 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 136.155 mil), em função da retomada aos poucos aos patamares médios registrados até 2019, no período pré-pandemia do covid-19, com a normalização das ações de cobrança administrativa e de campo em sua totalidade, tendo o efeito pandemia superado a faixa de 360 dias.

Custo de construção

Os custos de construção da infraestrutura da concessão, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 1.128.008 mil, apresentam um aumento de 61% (R\$ 429.429 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 698.579 mil) não tem efeito no resultado, pois se compensa com o mesmo valor na receita.

Os custos de construção da infraestrutura da concessão, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 698.579 mil, apresentam um aumento de 3% (R\$ 22.437 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 676.142 mil) não tem efeito no resultado, pois se compensa com o mesmo valor na receita.

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	2022	AH%	AV%	2021	AH%	AV%
Renda de aplicações financeiras	104.291	262%	-26%	28.843	57%	-12%
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	89.812	-16%	-22%	107.496	15%	-44%
Atualização do ativo/passivo financeiro setorial	70.788	398%	-17%	14.210	734%	-6%
(-) PIS e COFINS s/ receita financeira	(16.476)	79%	4%	(9.198)	45%	4%
Despesas com dívida e instrumentos financeiros derivativos	(549.321)	113%	135%	(258.398)	88%	106%
Benefício pós-emprego e outros benefícios	(6.465)	-46%	2%	(11.933)	0%	5%
Atualização de provisão para contingências/depósitos judiciais	(23.579)	-33%	6%	(35.388)	9%	14%
Outras receitas (despesas) financeiras	(75.257)	-6%	19%	(80.199)	33%	33%
Total	(406.207)	66%	100%	(244.567)	99%	100%

A composição do resultado financeiro da Companhia é a seguinte:

Renda de aplicações financeiras

As rendas de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 104.291 mil, apresentam um aumento de 262% (R\$ 75.448 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 28.843 mil), em função do maior volume e maior tempo do recurso aplicado.

As rendas de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 28.843 mil, apresentam um aumento de 57% (R\$ 10.508 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 18.335 mil), em função do aumento da quantidade de ativos aplicados.

Juros, comissões e acréscimo moratório de energia

Os juros, comissões e acréscimo moratório de energia, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 89.812 mil, apresentam uma redução de 16% (R\$ 17.684 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 107.496 mil), em função da redução da base dos recebíveis e do IPCA.

Os juros, comissões e acréscimo moratório de energia, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 107.496 mil, apresentam um crescimento de 15% (R\$ 13.898 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 93.598 mil), em função do aumento do IPCA no período.

Atualização do ativo/passivo financeiro setorial

A atualização do ativo/passivo financeiro setorial, líquido, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 70.788 mil, apresenta uma variação positiva de 398% (R\$ 56.578 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 14.210 mil). Esse impacto favorável do resultado financeiro é em função do aumento do indexador SELIC.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A atualização do ativo/passivo financeiro setorial, líquido, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 14.210 mil, apresenta uma variação positiva de 734% (R\$ 12.507 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.703 mil). Esse impacto favorável do resultado financeiro é em função do aumento da base da remuneração financeira das CVA's e demais componentes financeiros.

Despesas com dívida e instrumentos financeiros derivativos

As despesas com dívida e instrumentos financeiros derivativos, líquidas, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 549.321 mil, apresentam uma variação líquida negativa, apresentando um aumento de 113% (R\$ 290.923 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 258.398 mil). Esse aumento foi decorrente dos seguintes efeitos: (i) Variação dos indexadores de preço sobre as dívidas em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) com efeito de R\$ 212.697 mil; e (ii) Variação Cambial e operações SWAP, acúmulo de juros da ponta passiva dos swaps, apesar de, individualmente, a variação cambial e o resultado de swap terem apresentado um desvio entre os anos de 2021 e 2022, a variação desfavorável no câmbio é completamente neutralizada pela ponta ativa dos swaps, em função da Política de Riscos da Companhia não permitir exposição cambial em R\$ 78.226 mil.

As despesas com dívida e instrumentos financeiros derivativos, líquidas, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 258.398 mil, apresentam uma variação líquida negativa, apresentando um aumento de 88% (R\$ 121.152 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 137.246 mil). Esse aumento foi decorrente dos seguintes efeitos: (i) redução dos Juros sobre Obras em Andamento – JOA, taxas atreladas aos contratos vigentes e provisão de IR sobre Juros dos contratos em moeda estrangeira em R\$ 73.626 mil; e (iii) Variação Cambial e operações SWAP, acúmulo de juros da ponta passiva dos swaps, apesar de, individualmente, a variação cambial e o resultado de swap terem apresentado um desvio entre os anos de 2020 e 2021, a variação desfavorável no câmbio é completamente neutralizada pela ponta ativa dos swaps, em função da Política de Riscos da Companhia não permitir exposição cambial em R\$ 21.264 mil.

Atualização de provisão para contingências/depósitos judiciais

As atualizações de provisão para contingências e depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2022, representam um montante de R\$ 23.579 mil, com uma variação de impacto positivo no resultado de R\$ 11.809 mil, quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 35.388 mil), decorrente principalmente da redução do índice utilizado para correção das ações cíveis - INPC (5,93% em 2022 e 10,16% em 2021).

As atualizações de provisão para contingências e depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2021, representam um montante de R\$ 35.388 mil, com uma variação de impacto negativa no resultado de R\$ 3.025, quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 32.363 mil), decorrente principalmente da Reversão da atualização dos processos trabalhistas conforme decisão do STF no valor de R\$ 5.033 mil e reavaliação da contingência, tendo sido verificado que o valor anteriormente registrado superior ao devido no valor de R\$ 1.677 mil.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (valores em R\$ mil)

Comparação das principais contas demonstrativas do fluxo de caixa entre os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

FLUXO DE CAIXA	2022	VAR R\$	VAR %	2021
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	2.294.818	2.302.554	-29764%	(7.736)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(1.133.151)	(381.759)	51%	(751.392)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(1.258.556)	(1.729.049)	-367%	470.493
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(96.889)	191.746	-66%	(288.635)

Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 2.294.818 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, resultando em um aumento de R\$ 2.302.554 mil quando comparado ao caixa consumido no ano anterior (-R\$ 7.736 mil).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Atividades de Investimentos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos totalizou R\$ 1.133.151 mil, apresentando um aumento de R\$ 381.759 mil quando comparado com o exercício social de 2021 (-R\$ 751.392 mil). Esta variação na utilização de caixa líquido nas atividades de investimentos em 2022 refere-se, principalmente, à aquisição do ativo de concessão de serviço público (ativo contratual) para investimento no montante de R\$ 1.125.652 mil, um incremento de R\$ 378.228 mil em relação ao ano anterior (R\$ 747.424 mil).

Atividades de Financiamentos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos foi de R\$ 1.258.556 mil, apresentando uma variação negativa de R\$ 1.729.049 mil quando comparado ao caixa gerado no exercício social de 2021 (R\$ 470.493 mil). Esta redução deve-se, principalmente, ao efeito líquido dos seguintes fatores:

- (i) Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R\$ 750.000 mil em 31 de dezembro de 2022, apresentando uma diminuição de R\$ 1.800.000 mil em relação a 2021 (R\$ 2.550.000 mil);
- (ii) Amortizações de empréstimos, financiamentos, debêntures e pagamento de custos de captação no montante de R\$ 756.519 mil em 31 de dezembro de 2022, com uma redução de R\$ 995.627 mil em relação a 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.712.146 mil); e
- (iii) Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 1.427.443 mil em 2022, sendo R\$ 799.820 mil superior ao pago em 2021 (R\$ 627.623 mil).

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 Os diretores devem comentar

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

2022

A Neoenergia Elektro apresenta os resultados de 2022 a partir de análises gerenciais que a Administração entende traduzir da melhor forma o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Em 2022, a Margem Bruta da Neoenergia Elektro foi de R\$ 2.780 milhões (+21% vs. 2021), impulsionada pela variação da parcela B de +32,49% em agosto/21 e de +9,32% em agosto/22 e aumento da base de clientes, além do maior VNR.

	Ano atual	Ano anterior	
Memória de Cálculo	2022	2021	Correspondência nas Notas Explicativas (*)
(+) Receita Líquida	8.388	8.505	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(313)	(281)	Nota 3
(-) Outras receitas	(163)	(112)	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	4	5	Nota 3.4
= RECEITA Operacional Líquida	7.916	8.117	
(+) Custos com energia elétrica	(4.321)	(5.397)	Demonstrações de resultado
(+) Custos de construção	(1.128)	(699)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(5.449)	(6.096)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	313	281	Nota 3
= MARGEM BRUTA	2.780	2.302	
(+) Custos de operação	(748)	(669)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(57)	(52)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administ	(257)	(197)	Demonstrações de resultado
(-) Depreciação e Amortização	311	297	Nota 6
(+) Outras receitas	163	112	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	(4)	(5)	Nota 3.4
= Despesa Operacional (PMSO)	(592)	(514)	
(+) PECLD	(89)	(90)	Demonstrações de resultado
EBITDA	2.099	1.698	
(+) Depreciação e Amortização	(311)	(297)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(406)	(244)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(396)	(335)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	986	822	Demonstrações de resultado

(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.

2021

A Neoenergia Elektro apresenta os resultados a partir de análises gerenciais que a Administração entende traduzir da forma mais transparente o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Em 2021 a Margem Bruta da Neoenergia Elektro foi de R\$ 2.302 milhões (+25% vs. 2020), explicada pela retomada da economia, reajustes tarifários de 2020 e 2021 (com efeito médio de 11,49% em agosto/21), aumento da base de cliente (+2,3%) e pelo maior VNR (+R\$ 173 milhões), explicado pelo maior IPCA no período.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Memória de Cálculo	Ano atual	Ano anterior	Correspondência nas Notas Explicativas (*)
	2021	2020	
(+) Receita líquida	8.505	6.833	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(281)	(108)	Nota 3
(-) Outras receitas	(112)	(78)	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	5	7	Nota 3.4
= RECEITA Operacional Líquida	8.117	6.654	
(+) Custos com energia elétrica	(5.397)	(4.238)	Demonstrações de resultado
(+) Custos de construção	(699)	(676)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(6.096)	(4.914)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	281	108	Nota 3
= MARGEM BRUTA	2.302	1.848	
(+) Custos de operação	(669)	(592)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(52)	(45)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administ	(197)	(196)	Demonstrações de resultado
(-) Depreciação e Amortização	297	238	Nota 6
(+) Outras receitas	112	78	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	(5)	(7)	Nota 3.4
= Despesa Operacional (PMSO)	(514)	(524)	
(+) PECLD	(90)	(136)	Demonstrações de resultado
EBITDA	1.698	1.188	
(+) Depreciação e Amortização	(297)	(238)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(244)	(123)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(335)	(235)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	822	592	Demonstrações de resultado

(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.


ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

2022

Em 2022, a energia distribuída (cativo + livre) pela Neoenergia Elektro foi de 18.696 GWh, em linha com 2021. A classe residencial apresentou queda de 2,7% em 2022 vs. 2021. A classe industrial cativa apresentou redução de 7,9% em 2022 vs. 2021. Já a classe comercial cativa apresentou crescimento de 0,9% em 2022 vs. 2021. A classe rural apresentou queda de 21,5% no ano. Por fim, as outras classes apresentaram decréscimo de 0,9% em 2022 vs. 2021.

A partir do 2T22, as perdas foram afetadas pela Resolução Normativa ANEEL 1000/2021, que ampliou o prazo de ampla defesa, aumentando assim o prazo entre a inspeção e a emissão da fatura, o que aumenta o não faturado, afetando o indicador de perdas. Esse efeito é temporário e será carregado na visão 12 meses. Ademais, não há impacto no Resultado Econômico da Companhia.

As Perdas Totais na visão 12 meses no 4T22 foram de 6,67%, sem o impacto da REN 1000, foram de 6,57%, 0,18 p.p. acima do 3T22, porém abaixo do seu patamar regulatório de 7,95%.

	Perdas totais 12 meses (%)														
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total				
	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22
	5,95%	6,09%	6,02%	5,99%	5,98%	0,59%	0,34%	0,27%	0,40%	0,60%	6,55%	6,43%	6,28%	6,39%	6,57%
															7,95%
	Perdas totais 12 meses (GWh)														
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total				
	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22
	1.195	1.225	1.214	1.206	1.197	119	68	54	80	120	1.314	1.293	1.268	1.285	1.317
															1.614

NOTA: (1) Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2022 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2021 foram ajustados para a apuração definitiva. A tabela no 2T22, 3T22 e 4T22 normaliza o impacto da Resolução Normativa ANEEL 1000/2021.


Com relação ao DEC, o mesmo fechou 2022 em 6,97 horas, abaixo do patamar regulatório de 7,78 horas. Já o FEC fechou 2022 em 3,85 vezes, também abaixo do patamar regulatório de 5,70 vezes.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2021

Em 2021 a energia distribuída (cativo + livre) pela Neoenergia Elektro apresentou um incremento de 6,3% vs. 2020, chegando a um volume de 18.715 GWh. Isso é explicado pelo aumento da base de clientes (+2,3%) e pela retomada do mercado na área de concessão com a flexibilização das medidas restritivas impostas pela pandemia. A classe residencial apresentou incremento de 1,2% vs. 2020; a classe industrial cativa apresentou acréscimo de 0,2% em relação a 2020; a classe comercial ficou 0,2% acima de 2020; a classe rural registrou aumento de 1,6% em relação ao ano anterior e houve um aumento de 16,4% dos clientes livres em 2021 vs. 2020. Por outro lado, nota-se uma retração das outras classes (-5,7% vs. 2020).

As Perdas Totais em 2021 (visão 12 meses) foram de 6,55%, abaixo do patamar regulatório de 8,02% e abaixo do reportado em 2020. Com relação à energia perdida em 2021, esta fechou em 1.314 GWh, abaixo do 4T20, conforme tabela abaixo:

	Perdas totais 12 meses (%)														
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total				
	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21
	5,73%	5,71%	5,79%	5,92%	5,95%	1,46%	1,45%	0,99%	0,24%	0,59%	7,19%	7,16%	6,78%	6,16%	6,55%
															8,02%
	Perdas totais 12 meses (GWh)														
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total				
	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21
	1.096	1.110	1.163	1.196	1.195	281	283	199	49	119	1.377	1.393	1.362	1.245	1.314
															1.631

NOTA: (1) Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2021 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2020 foram ajustados para a apuração definitiva.

Com relação ao DEC, o mesmo fechou 2021 em 7,38 horas, abaixo do patamar regulatório de 8,15 horas. Já o FEC foi de 4,22 vezes, também abaixo do limite regulatório de 6,19 vezes.

b) As variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As Tarifas de Energia Elétrica são fixadas pela ANEEL para cada concessionária de energia conforme características específicas de cada área de concessão (território geográfico onde cada empresa é contratualmente obrigada a fornecer energia elétrica), refletindo peculiaridades de cada região, como número de consumidores, quilômetros de rede e tamanho do mercado (quantidade de energia atendida por uma determinada infraestrutura), custo da energia comprada, tributos estaduais e outros.

O Contrato de Concessão estabelece que a Neoenergia Elektro deve passar pelo processo de Revisão Tarifária a cada 4 anos ou Revisões Tarifárias Extraordinárias (RTE) a qualquer tempo, além de reajustes anuais entre os anos de revisões, sendo 27 de agosto a data de atualização de suas tarifas. A Revisão Tarifária tem como objetivo preservar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estimulando o aumento da eficiência e a qualidade do serviço prestado pela Distribuidora, assegurando uma tarifa justa para os consumidores, além de preservar a atratividade financeira para os investidores.

Em 23 de agosto de 2022, a Aneel aprovou o reajuste tarifário da Neoenergia Elektro, com efeito médio para o consumidor de 15,77%, aplicados desde 27 de agosto. O uso dos créditos tributários referentes à exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins, a antecipação da reversão para modicidade tarifária das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente reativo constituídas até julho de 2022, o ingresso de recursos oriundos da CDE-Elektrobras e o diferimento relacionado ao bônus de Itaipu contribuíram para redução do efeito médio para o consumidor. A variação da Parcela A foi de 21,48%, totalizando R\$ 6,41 bilhões, impactada pelos aumentos de 41,89% nos encargos setoriais, 37,13% nos custos de transmissão e 5,46% nos custos com compra de energia. Já a variação da Parcela B foi de 9,32% (R\$ 2,65 bilhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 10,08%, deduzida do Fator X, de 0,76%.

Em agosto de 2021, a Aneel aprovou o reajuste tarifário da Neoenergia Elektro, com efeito médio para o consumidor de 11,49%.

O índice foi impactado pelos aumentos de 10,89% nos encargos setoriais e 3,73% nos custos com compra de energia, que foram compensados por um reperfilamento dos custos de rede básica, extraordinariamente, reduzindo em 17,76% os custos de transmissão, implicando numa variação da Parcela A de 0,38%, totalizando R\$ 5.346 milhões. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 217,54/MWh. Já a variação da Parcela B foi de 32,49% (R\$ 2.432 milhões), reflexo da inflação acumulada

2.2 Resultados operacional e financeiro

(IGP-M) desde o último reajuste, de 33,83%, deduzida do Fator X, de 1,34%.

O uso dos créditos tributários referentes à exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS e a antecipação da reversão para modicidade tarifária das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente reativo constituídas até julho de 2021 contribuíram para redução do efeito médio para o consumidor, enquanto o reajuste dos itens da Parcela B foi integralmente aplicado a partir de 27 de agosto de 2021.

Em reunião ocorrida em 25/08/20 a ANEEL aprovou o reajuste tarifário da Elektro ser válido a partir de 27 de agosto de 2020. O processo de reajuste tarifário anual consiste no repasse dos custos não gerenciáveis da concessão (Parcela A) e na atualização dos custos gerenciáveis (Parcela B) pelo IGP-M menos o Fator X, que repassa aos consumidores parte dos ganhos de produtividade anuais.

A variação na Parcela A foi de 15,41% (R\$ 686,4 milhões), com o preço médio de repasse dos contratos de compra de energia definido em R\$ 212,94/MWh. Já a variação na Parcela B foi de 8,43% (R\$ 133,2 milhões). Combinando Parcelas A e B o impacto foi de +13,59%, que descontados dos componentes financeiros de -8,22% (aqui incluídos a contribuição para redução do reajuste, pela antecipação dos recursos da Conta Covid), resulta num efeito médio a ser percebido pelo consumidor de +5,36%.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os principais indicadores e índices macroeconômicos que influenciam as operações realizadas pela Companhia são:

- Receitas
 - PIB: Um crescimento do PIB tende a refletir um aumento do consumo de energia elétrica.
 - Inflação: os índices IGP-M e IPCA reajustam as tarifas de fornecimento de energia elétrica.
 - Taxa de câmbio (dólar americano): índice de parte da parcela de reajuste das tarifas de fornecimento de energia elétrica.
 - CDI: indicador a qual a maioria das aplicações estão vinculadas.
- Despesas
 - CDI: principal indexador das dívidas da Companhia. Na hipótese de elevação das taxas de juros, as despesas financeiras da Companhia também aumentarão, afetando negativamente a sua capacidade de pagamento.
 - Taxa de Câmbio (dólares americanos): parte da compra do gás para geração da energia é corrigida pela variação cambial
 - Inflação: repercute nos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de dívidas serem corrigidos pela inflação.

Ambiente Macroeconômico

No início de 2022, as projeções para a economia eram marcadas pelas incertezas de um cenário turbulento que estava por vir. De um lado, o fim da crise hídrica e a retomada econômica após a contenção da 2ª onda da pandemia de Covid-19 traziam otimismo para o país, do outro, as eleições presidenciais e seus desdobramentos geravam incertezas e preocupações para o cenário econômico.

O Relatório Focus do Banco Central de 31 de dezembro de 2021, projetou para 2022 um PIB (Produto Interno Bruto) praticamente flat em relação ao ano anterior, crescendo apenas 0,36%, e um IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 5,03%, com Taxa Selic de 11,50%, ainda visando conter os impactos da alta inflacionária do ano anterior.

O ano confirmou as incertezas da eleição presidencial, que gerou especulações e preocupações acerca das medidas que seriam tomadas, principalmente no âmbito fiscal e seus desdobramentos no futuro da economia. Os confrontos entre a Rússia e a Ucrânia logo no início de 2022 impactaram a economia mundial, elevando o preço dos combustíveis no mundo e tendo reflexos no cenário macro brasileiro.

Como medida para conter a inflação, o Banco Central promoveu seguidas altas da Taxa Selic, que encerrou 2021 em 9,25%, chegando a 13,75% no final de 2022.

Com isso, a inflação medida pelo IPCA, que chegou a atingir 2 dígitos ao final de 2021, encerrou 2022 com alta acumulada de 5,79%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2.2 Resultados operacional e financeiro

Em relação ao PIB, a economia encerrou 2022 com crescimento de 2,9%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), superando as projeções de início de ano de crescimento de apenas 0,36%.

O índice Ibovespa encerrou 2022 com uma alta de 4,69%, crescimento este menor que a inflação registrada no período, que, de certa forma, reflete a saída de investidores de renda variável em direção a renda fixa, em virtude da maior Selic.

Quanto ao consumo de energia, de acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), houve um aumento de apenas 0,3% em relação a 2021. O consumo no ano foi impactado pelas baixas temperaturas e chuvas acima das registradas no ano anterior nas diversas regiões do país.

2022

No ano de 2022, o resultado líquido da renda de aplicações financeiras e do serviço da dívida (encargos, variações monetárias e cambiais e instrumentos financeiros derivativos) apresentou piora de R\$ 217 milhões quando comparado ao ano anterior, conforme detalhado a seguir:

Piora de R\$ 292 milhões no resultado do serviço da dívida na comparação com 2021, explicada majoritariamente pelo aumento de 7,97 pontos percentuais do CDI no período (65% do endividamento da companhia está atrelado ao indexador). Além disso, houve o aumento de 32% no saldo médio da dívida da empresa em relação ao ano anterior, devido às captações direcionadas para Capex e capital de giro da Companhia (principalmente para atender a expansão do mercado e melhorar os padrões de qualidade e de eficiência operacional na distribuidora, bem como para o combate de perdas comerciais e técnicas).

A Renda de Aplicações Financeiras apresentou melhora de R\$ 75 milhões, quando comparada ao ano anterior, explicada pelos seguintes fatores:

(i) Aumento do rendimento médio (efeito positivo de R\$ 49 milhões): seguindo o aumento de 7,97 pontos percentuais no CDI acumulado no período;

(ii) Aumento de 33% no volume médio aplicado (efeito positivo de R\$ 26 milhões).

2021

No ano de 2021, o resultado líquido da renda de aplicações financeiras e do serviço da dívida (encargos, variações monetárias e cambiais e instrumentos financeiros derivativos) apresenta piora de R\$ 111 milhões quando comparado a 2020, conforme detalhado a seguir:

Piora de R\$ 122 milhões no resultado do serviço da dívida na comparação com 2020, explicada majoritariamente pelo aumento de 6,01 pontos percentuais do IPCA no período (30% do endividamento da companhia está atrelado ao indexador). Além disso, houve o aumento de 8,0% no saldo médio da dívida da empresa em relação a 2020, devido às captações direcionadas para Capex e capital de giro da Companhia (principalmente para atender a expansão do mercado e melhorar os padrões de qualidade e de eficiência operacional na distribuidora, bem como para o combate de perdas comerciais e técnicas).

A Renda de Aplicações Financeiras apresenta melhora de R\$ 11 milhões, quando comparada com 2020, explicada pelos seguintes fatores:

(i) Aumento do rendimento médio (efeito positivo de R\$ 16 milhões): seguindo o aumento de 1,66 ponto percentual no CDI acumulado no período;

(ii) Redução de 14,3% do volume médio aplicado (efeito negativo de R\$ 5 milhões), devido ao pagamento de proventos ao longo do ano.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Segue quadro demonstrativo com os principais indicadores dos últimos 2 anos:

Índices	2022	2021
CDI	12,39%	4,42%
TJLP	6,78%	4,80%
Δ USD¹	-0,3628	0,3838
IPCA²	5,90%	10,74%
IPCA³	5,79%	10,06%

Nota 1: variação cambial entre 30/dezembro a 30/dezembro.
Nota 2: considera a inflação contabilizada no ano (M-1).
Nota 3: considera a inflação contabilizada no ano.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

As demonstrações financeiras da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standard* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e de acordo com as práticas adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

2022

As alterações nos pronunciamentos contábeis emitidas pelo CPC e com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

2021

As alterações nos pronunciamentos contábeis emitidas pelo CPC e com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021 não geraram diferenças nas práticas contábeis já adotadas.

2020

As alterações nos pronunciamentos contábeis emitidas pelo CPC e com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020 não geraram diferenças nas práticas contábeis já adotadas.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em de 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 não foram introduzidos ou alienados nenhum segmento operacional

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 não ocorreram constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Comentários sobre os eventos ou operações não usuais

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 não ocorreram eventos ou operações não usuais.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. Informar o valor das medições não contábeis

O EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras.

Valores em R\$ mil	Exercício social terminado em:		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
LAJIDA	2.100.381	1.697.585	1.188.730

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Conciliação do LAJIDA - R\$ MM	Exercício social terminado em:		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
(=) Lucro Líquido	986.151	822.487	592.241
(+) Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	396.733	334.399	234.914
(-) Resultado Financeiro	406.207	244.568	122.836
(+) Depreciação e Amortização	311.290	296.131	238.739
(=)LAJIDA	2.100.381	1.697.585	1.188.730

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é um indicador não contábil comumente utilizado no mercado para demonstrar uma aproximação da geração operacional de caixa decorrente das atividades da empresa, não considerando os efeitos dos impostos e contribuição sobre o lucro e o resultado financeiro, bem como a depreciação e amortização dos ativos permanentes. Adicionalmente, por ser um indicador de referência de mercado, também é um importante instrumento de avaliação do desempenho do negócio quando comparado com empresas do mesmo setor e demais setores da economia.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou as IFRS e tampouco deve ser considerado isoladamente como alternativa a outros indicadores financeiros, como seus fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

O EBITDA é apresentado como informação adicional porque a Companhia acredita se tratar de um indicador importante de seu desempenho operacional para os investidores. No entanto, nenhuma informação deverá ser considerada isoladamente, como um substituto para o lucro líquido apurado de acordo com as IFRS ou as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou, ainda, como medida da lucratividade da Companhia. Além disso, os cálculos da Companhia seguem o disposto na Instrução CVM 156/2022 e podem não ser comparáveis a outras medidas similares utilizadas por outras companhias.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

2022:

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 13 de fevereiro de 2023.

Não houve qualquer evento subsequente às demonstrações financeiras de encerramento do exercício social findo que as altere substancialmente.

2021:

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 16 de fevereiro de 2022.

Em 04 de janeiro de 2022, a Companhia captou uma operação financeira contratada junto ao banco MUFG no valor de R\$ 200.000 mil. A operação tem prazo final de 5 anos e pagamento de juros semestrais.

2020:

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 08 de fevereiro de 2021.

Não houve qualquer evento subsequente às demonstrações financeiras de encerramento do exercício social findo que as altere substancialmente.

2.7 Destinação de resultados

2.7 – Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando

A Diretoria Executiva das empresas do Grupo Neoenergia, quanto a destinação dos resultados sociais, levará em consideração, em seu planejamento estratégico, objetivos específicos e mensuráveis que buscam otimizar a rentabilidade e criação de valor para o acionista de forma sustentável considerando a legislação aplicável e princípios de governança corporativa reconhecidos.

	2022	2021
a. Regras sobre retenção de lucros	(i) O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido, apurado nos termos da Lei, destinará 5% para constituição da Reserva Legal, até que seu montante atinja 20% do Capital Social.	
a.i. Valores das Retenções de Lucros	Neste exercício não houve movimento das reservas de lucros.	Neste exercício não houve movimento das reservas de lucros.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	0,00%	0,00%
b. Regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê que: (i) o pagamento de 25% do lucro líquido ajustado a título de dividendo mínimo obrigatório após as deduções previstas nas regras sobre retenção de lucros descrito no item 3.4.a.; (ii) por deliberação do Conselho de Administração, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante. O valor do dividendo antecipado será compensado, com o do dividendo obrigatório do exercício. A Assembleia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório que houver; (iii) o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; (iv) O Conselho de Administração poderá declarar juros sobre capital próprio nos termos do parágrafo 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249/1995, e imputá-los ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório; e (v) as ações preferenciais terão direito de receber dividendos no mínimo 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.	
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A Companhia segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição de lucro líquido uma vez ao ano. Entretanto, nos termos do Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos intermediários e Juros sobre Capital Próprio mais de uma vez ao ano, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.	
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Financiamento: Os contratos de financiamentos não possuem restrições de pagamentos de dividendos acima do mínimo obrigatório, desde que a Companhia esteja adimplente com suas obrigações contratuais.	
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.	A política de destinação do resultado está disposta no Capítulo VI, do Estatuto Social da Companhia, disponível para consulta no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (http://ri.neoenergia.com/governanca/estatutos/).	

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Comentários sobre os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve transações de arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos de natureza material, que não tenham sido registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com compra de energia, como segue:

	<u>Compra de Energia</u>
2024	3.475
2025	3.552
2026	3.770
2027	4.012
2028	4.258
Entre 2029 e 2033	20.201

iii. Contratos de construção não terminada

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de construção de infraestrutura de longo prazo como segue:

	<u>Construção de Infraestrutura</u>
2024	846
2025	885
2026	1.240
2027	1.321
2028	1.356
Entre 2029 e 2033	6.276

iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve contratos de recebimentos futuros de financiamentos, que não tenham sido registrados nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve outros itens, que não tenham sido registrados nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, não houve transações que alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens, que não tenham sido registrados nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Neoenergia Elektro

Em 2022, a Neoenergia Elektro investiu um montante de R\$1.153.461 mil e investimento direto líquido de R\$1.119.161 mil, sendo R\$518.271 mil na expansão do sistema elétrico com construção e ampliação de subestações, construção de linhas e ligações de clientes, conforme detalhado na tabela a seguir para 2022, bem como para os anos de 2021 e 2020:

Investimento em R\$ mil	2022	2021	2020
Natureza Investimento			
Expansão de Rede	(518.271)	(431.821)	(360.993)
Programa Luz para Todos	-	-	-
Novas Ligações	(284.836)	(230.833)	(184.881)
Novas SE's e RD's	(233.435)	(200.988)	(176.112)
Renovação de Ativos	(192.008)	(153.541)	(138.978)
Melhoria da Rede	(119.752)	(73.939)	(79.503)
Perdas e Inadimplência	(18.854)	(19.880)	(23.554)
Outros	(278.718)	(104.616)	(80.028)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(25.859)	3.290	(38.909)
(=) Investimento Bruto	(1.153.461)	(780.507)	(721.966)
SUBVENÇÕES	34.300	83.937	47.970
(=) Investimento Líquido	(1.119.161)	(696.569)	(673.995)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	25.859	(3.290)	38.909
(=) Investimento Direto Líquido	(1.093.302)	(699.859)	(635.086)

A Neoenergia Elektro pretende investir entre os anos de 2024 a 2028 um montante líquido de cerca de R\$ 5,5 bilhões.

Tais investimentos visam à expansão e reforço de suas redes de distribuição para suportar o crescimento econômico de sua área de concessão, garantindo assim a capacidade energética devida, bem como robustez de sua infraestrutura, assegurando a confiabilidade e a qualidade do serviço prestado.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Neoenergia Elektro financia parte do seu Programa de Investimentos por meio de linhas de crédito providas do BNDES, Eletrobras, FINEP e, adicionalmente a partir de 2013, com o Banco Europeu de Investimentos (BEI), com condições atrativas do ponto de vista de prazo e custo.

Em 2022 a Neoenergia Elektro recebeu R\$ 50 milhões junto ao BNDES, referentes ao contrato celebrado em setembro de 2020, R\$ 500 milhões via 11ª emissão de debêntures e R\$ 200 milhões via 4131 swap junto ao banco MUFG.

No ano de 2021 foram liberados R\$ 500 milhões junto ao BNDES, referentes ao contrato celebrado em setembro de 2020, R\$ 200 milhões via 4131 com Swap junto ao banco Santander, R\$ 700 milhões via 9ª emissão de debêntures, R\$ 500 milhões via 3ª Emissão de Notas Promissórias e R\$ 650 milhões via 10ª Emissão de Debêntures.

Em setembro de 2020, foi celebrado com o BNDES contrato de financiamento de R\$ 687 milhões, com prazo final de até 20 anos e lastro no capex executado e a executar de 2020 e 2021 e R\$ 260 milhões via 10ª Emissão de Debêntures.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**2.10 Planos de negócios**

Não aplicável. Não existem desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

Não aplicável. Não existem outras aquisições relevantes já divulgadas pela Companhia.

c. Novos Produtos e serviços, indicando:**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) são regulados pela ANEEL e cumprem o que determina a Lei 9.991/2000, posteriormente alterada pela Lei nº 14.120 de 1º de março de 2021, nas quais as empresas de distribuição devem destinar 0,75% da sua receita operacional líquida (ROL) para Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e 0,25% em Programas de Eficiência Energética (EE). Já as empresas de geração e transmissão são obrigadas a aplicar 1% de sua ROL apenas em Programas de P&D.

A Companhia, além de cumprir esse dispositivo regulatório, define o tema inovação como um dos seus valores, ratificando a intenção de manter seu parque tecnológico atualizado e, ao mesmo tempo, a sua pretensão de desenvolver e manter em suas empresas os conhecimentos necessários para a adequada prestação de seus serviços e a consolidação de seu posicionamento estratégico.

Os programas anuais de P&D podem ser constituídos de um ou mais projetos, cooperados entre as empresas ou não, e deverão ser propostos de acordo com as instruções dispostas nos Procedimentos do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (PROP&D) da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Os procedimentos foram aprovados pela Resolução Normativa (REN) da ANEEL nº 754, de 13 de dezembro de 2016.

Segundo as diretrizes básicas do Programa de P&D, todo projeto de P&D deve ser enquadrado em uma das fases da cadeia da inovação, podendo ser classificado como pesquisa básica dirigida, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, cabeça de série, lote pioneiro ou inserção no mercado.

Considerando esses conceitos, no período de 2020 a 2022, os **17** projetos de P&D em andamento da Neoenergia Elektro, listados abaixo, referem-se às fases da cadeia de inovação da pesquisa básica dirigida, pesquisa aplicada, ou do desenvolvimento experimental.

PD-00047-0082/2019 – Desenvolvimento de tecnologias de armazenamento de energia elétrica para uso em equipamento da rede de distribuição. Sistema de armazenamento de energia para utilização nos equipamentos de rede. Utiliza ultracapacitores com baterias, sendo pioneiro para a confiabilidade dos equipamentos automatizados. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

PD-00047-0086/2019 – GODEL - Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Elétricas Inteligentes - Módulo de Medição. Desenvolvimento de equipamento capaz de, em tempo real, fornecer dados de redes de 69kV, tais como: medições de corrente e de fator de potência, surtos de corrente, falta permanente, falta temporária, dentre outros. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

PD-00040-0024/2020 – Sistema de diagnóstico, inspeção e cadastro automático de ativos elétricos utilizando VANTs. Desenvolvimento de Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT) autocarregável com sistema automático destinado ao cadastro remoto de ativos e inspeções em linha de distribuição e de transmissão. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

PD-00385-0073/2021 – Sistema Inteligente para Lavagem de Isoladores da Rede de Distribuição. Desenvolvimento de veículo protótipo com sistema inteligente para a lavagem dos isoladores das redes de distribuição, considerando o nível medido de salinidade. O produto final contemplará: (i) Um veículo protótipo para lavagem de isoladores, sendo realizado o monitoramento de grandezas pertinentes para garantir a operação segura, como corrente de fuga, com equipamento para lavagem automatizada do isolador, a ser acoplado no braço isolado; (ii) Uma unidade de equipamento portátil para aferição da necessidade de limpeza, além de aferição da efetividade da lavagem por meio da medida de corrente de fuga; (iii) Estudo de viabilidade de formulação de produto químico adequado para a remoção dos poluentes mais comuns elencados durante o projeto. A Neoenergia Elektro participa sem cooperação de outras empresas, neste projeto.

2.10 Planos de negócios PD-00063-3078/2022 - Revisão e Aprimoramento das Metodologias de Definição dos Limites Regulatórios para Planos de negócios. Metodologias alternativas de definição de limites coletivos de indicadores de continuidade, com aprimoramentos que resultem na definição de limites regulatórios condizentes com as distintas realidades observadas pelas distribuidoras em sua área de concessão. A Companhia participa deste projeto como empresa cooperada, juntamente com outras empresas do setor elétrico, sendo a representante do Grupo Neoenergia no projeto.

PD-00385-0074/2022 - Previsão para até 10 anos de temperatura máxima e sensação térmica para o planejamento energético das distribuidoras da Neoenergia. Consiste no desenvolvimento de algoritmo e aplicativo computacional para previsão da evolução da temperatura do ar e da sensação térmica, utilizando resultados de modelos numéricos do sistema climático, combinados com técnicas de machine learning, objetivando projeções mais assertivas do mercado de energia das distribuídas Neoenergia. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

PD-00043-0122/2022 - Desenvolvimento de sistema de Inteligência Artificial para identificação de não conformidade de ações de campo e utilização de EPIs por imagens. O objetivo do projeto é desenvolver um sistema com inteligência artificial para identificação de não conformidade de ações por equipes de campo, tais como a não utilização ou uso inadequado de equipamentos de proteção individual (EPI), bem como a realização de procedimentos incorretos. O projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Elektro e Neoenergia Brasília.

PD-00385-0072/2020 – Estratégias para a Contratação de Energia da Distribuidora – Propostas de novos instrumentos para a mitigação de riscos. Este projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba e a Neoenergia Elektro. O objetivo do projeto foi criar um conjunto de instrumentos (contratos) voltados para a mitigação dos riscos de mercado para as distribuidoras do setor de energia elétrica. Como subproduto, software para a gestão de compras de energia adaptativo e resiliente, pronto para o mercado brasileiro.

PD-0385-0065/2017 – Sistema Solar Fotovoltaico conectado diretamente à Estrutura da Rede Secundária de Distribuição. Desenvolvimento e implementação de solução para inserção de geração distribuída na rede secundária de distribuição da Neoenergia Elektro. O projeto contempla protótipo para sustentação de módulos fotovoltaicos em postes da rede de distribuição. A Neoenergia Elektro participa sem cooperação de outras empresas, neste projeto.

PD-00047-0083/2018 – Desenvolvimento de Tecnologia para Inserção de Microrrede em Sistemas Isolados. O projeto de P&D Microrrede é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco e consiste em sistema centralizado de energia solar com baterias e rede de distribuição, constituindo alternativa para atendimento das obrigações regulatórias do programa Luz Para Todos (LPT) com propostas de melhorias do ponto de vista técnico e regulatório. A microrrede implantada beneficia 113 unidades consumidoras no interior do sertão da Bahia.

PD-00047-0090/2020 – SMARTF: Simulação e Modelagem do Ambiente Regulatório e Tecnológico Futuro. Desenvolveu e entregou ferramenta computacional para definição da estratégia de negócios das empresas distribuidoras Neoenergia, considerando cenários de trajetórias regulatórias alternativas, de evolução das redes, do comportamento do consumidor e inserção de recursos energéticos distribuídos, tais como geração, armazenamento, veículos elétrico e esquemas de resposta da demanda. Este projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Elektro.

PD-00047-0085/2019 – Torre de Emergência Móvel para Linhas de Subtransmissão em 69 e 138kV. Desenvolveu uma torre móvel em plataforma veicular para estruturas de subtransmissão em 69 e 138kV, com altura útil de 16m e esforço de 1500kgf a serem rebocados por uma caminhonete, com homologação do CONTRAN. Quando necessário, o transporte será feito por trator e escavadeira em locais de difícil acesso. Esse projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

PD-00385-0064/2018 – Sistema Híbrido de Produção de Energia Elétrica e Aquecimento de Água denominado MultiSolar. Desenvolvimento de um sistema solar híbrido (térmico e fotovoltaico), com o objetivo de maximizar o uso de irradiação solar nos telhados das residências, utilizando conversões econômicas e escaláveis em diferentes classes de consumo para desenvolver uma solução para resfriamento dos módulos fotovoltaicos de geração de energia. A Neoenergia Elektro participa sem cooperação de outras empresas, neste projeto.

PE-4950-0716/2016 – Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico (SIASE) – Fase II. O produto do projeto fornece informações atualizadas, centralizadas, unívocas e inteligíveis aos diversos públicos de interesse sobre o setor elétrico, e ainda, que permitam a consolidação e realização de diversas possibilidades de cruzamento entre elas caracterizando o uso de inteligência analítica, com a consequente produção de conhecimento a toda

2.10 Planos de negócios

a sociedade. A Neoenergia Elektro participa deste projeto como empresa cooperada, juntamente com a Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco, além de outras empresas do setor elétrico.

PD-0385 0068/2019 – Projeção de Mercado através de Algoritmos Colaborativos. O projeto tem como objetivo a construção de um modelo matemático e aplicativo computacional utilizando as técnicas de aprendizagem colaborativa (Multi-task learning) para projeção de mercados de energia elétrica desenhado especialmente para o grupo Neoenergia. Esse projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

PD-00047-0080/2017 – GODEL: Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Elétricas Inteligentes Módulo 1 – Infraestrutura (Etapa 2). Desenvolvimento protótipos de um concentrador de comunicação, gateways e modems com módulos criptográficos que possibilitarão a comunicação segura dos dispositivos que compõem as Redes Inteligentes (Medidores, Sensores Inteligentes, Trafos Inteligentes e qualímetro com oscilografia contínua). Esse projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

PD-0391-0032/2018 – Modernização das Tarifas de Distribuição de Energia Elétrica. Motivado pelo contexto global, de forte mutação tecnológica e de ampliação das possibilidades de escolha dos consumidores finais, foi lançada em 2017 a Consulta Pública 33 pelo MME com objetivo de colher subsídios e contribuições dos agentes para um conjunto de medidas de aprimoramento do marco legal do setor elétrico. Nesse contexto, o objetivo do projeto cooperado de P&D de Modernização de Tarifas foi promover estudos aprofundados para a modernização das tarifas de distribuição de energia elétrica, envolvendo a avaliação de sinalização locacional, horária e dinâmica e a tarifa não volumétrica. A atual estrutura tarifária, bem como o procedimento de cálculo das tarifas, foram revistas contemplando também a inserção das novas tecnologias, tais como a geração distribuída. Participam deste projeto as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Elektro, além de outras empresas do setor elétrico.

Em 2020, foram encerrados 04 projetos, são eles: (i) PD-4950-0716/2016 - Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico (SIASE) - Fase II; (ii) PD-0385 0068/2019 - Projeção de Mercado através de Algoritmos Colaborativos; (iii) PD-00047-0080/2017 - Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Elétricas Inteligentes Módulo 1 – Infraestrutura (Etapa 2); (iv) PD-0391-0032/2018 - Modernização das Tarifas de Distribuição de Energia Elétrica.

Em 2021, foi encerrado o projeto PD-00385-0064/2018 - Sistema híbrido de produção de energia elétrica e aquecimento de água denominado MultiSolar.

Em 2022, foram encerrados 05 projetos, são eles: (i) PD-00385-0072/2020 – Estratégias para a Contratação de Energia da Distribuidora – Propostas de novos instrumentos para a mitigação de riscos; (ii) PD-0385-0065/2017 – Sistema Solar Fotovoltaico conectado diretamente à Estrutura da Rede Secundária de Distribuição; (iii) PD-00047-0090/2020 – SMARTF: Simulação e Modelagem do Ambiente Regulatório e Tecnológico Futuro; (iv) PD-00047-0085/2019 – Torre de Emergência Móvel para Linhas de Subtransmissão em 69 e 138kV; (v) PD-00047-0082/2019 – Desenvolvimento de tecnologias de armazenamento de energia elétrica para uso em equipamento da rede de distribuição;

Estão em andamento 07 projetos, sendo eles: (i) PD-00047-0086/2019 - Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Elétricas Inteligentes - Módulo de Medição, (ii) PD-00040-0024/2020 - Sistema de diagnóstico, inspeção e cadastro automático de ativos elétricos utilizando VANTs, (iii) PD-00385-0073/2021 - Sistema Inteligente para Lavagem de Isoladores da Rede de Distribuição; (iv) PD-00063-3078/2022 - Revisão e Aprimoramento das Metodologias de Definição dos Limites Regulatórios para DEC e FEC; (v) PD-00385-0074/2022 - Previsão para até 10 anos de temperatura máxima e sensação térmica para o planejamento energético das distribuidoras da Neoenergia; (vi) PD-00043-0122/2022 - Desenvolvimento de sistema de Inteligência Artificial para identificação de não conformidade de ações de campo e utilização de EPIs por imagens; (vii) PD-00047-0083/2018 - Desenvolvimento de Tecnologia para Inserção de Microrrede em Sistemas Isolados.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes totais investidos pela Neoenergia Elektro em projetos de P&D em fase de pesquisa de P&D (pesquisa básica dirigida, pesquisa aplicada e desenvolvimento experimental), somados aos recursos destinados à gestão do Programa de P&D, corresponderam aos valores descritos na tabela abaixo:

2.10 Planos de negócios

- Em 2022, R\$ 6.342.782,77;
- Em 2021, R\$ 6.917.235,69;
- Em 2020, R\$ 2.236.820,31

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

No desenvolvimento de projetos na Companhia, que geram novos produtos e serviços, também são incluídos os projetos do programa de P&D que pertencem às fases avançadas da cadeia de inovação: cabeça de série, lote pioneiro e inserção de mercado.

No período de 2020 a 2022, 12 projetos de P&D em andamento da Neoenergia Elektro, listados abaixo, referem-se às fases da cadeia de inovação: cabeça de série, lote pioneiro e inserção de mercado.

PD-00040-0023/2018 – Lote Pioneiro do Aferidor de Medidores de Energia Elétrica sem Interrupção no Fornecimento. Desenvolveu e entregou para a operação das distribuidoras Neoenergia, 24 unidades do equipamento intitulado ADR 9000, utilizadas para aferir medidores de energia elétrica em campo, sem a necessidade de interrupção no fornecimento de energia do consumidor. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

PD-00047-0084/2019 – Lote Pioneiro de Equipamento para Identificação e Cadastro de Equipamentos de Redes de Distribuição de Energia Elétrica. Desenvolveu e entregou para testes o sistema de identificação, cadastro e rastreabilidade de equipamentos de redes de distribuição, composto por coletor de dados por radiofrequência e etiqueta eletrônica de alta longevidade para identificação de ativos com superfície metálica, tais como transformadores e medidores. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

PD-00043-0119/2019 – Antenas Inteligentes – Cabeça de Série. O produto consiste em um conjunto de circuitos eletrônicos que formam um sistema confiável de antenas com abrangência de 360° para a comunicação entre o Centro de Operações e as chaves religadoras da rede distribuição, podendo ser aplicado a qualquer subestação que utilize enlace de rádio. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

PD-00385-0071/2019 – Desenvolvimento de Equipamento para Poda de Árvores próximas a Redes de Distribuição de até 46 kV com Controle Remoto. O projeto será o aprimoramento tecnológico do equipamento robotizado para poda de árvores próximas às redes de distribuição de até 46 kV desenvolvido anteriormente. Considerando-se essa nova etapa do projeto, serão realizados: montagem, testes e entrega de 2 equipamentos. O projeto tem como principal motivação a redução dos riscos envolvidos na metodologia tradicional de poda que utiliza caminhão de linha viva com o eletro-arborista operando manualmente as ferramentas de poda de dentro do cesto aéreo. O equipamento desenvolvido minimizará os riscos ao operador e queda de galhos sobre a rede. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

PD-00385-0069/2019 – Desenvolvimento de Caminhão Elétrico para Manutenção de Redes de Distribuição de Energia. O produto principal deste projeto é um caminhão elétrico para manutenção de redes de distribuição, com desenvolvimento de conjunto inteligente para o gerenciamento da recarga e de sistema seguro e eficiente para recargas do veículo na própria rede da concessionária. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

PD-00043-0087/2019 – Aplicações Ambientalmente Sustentáveis da Mobilidade Elétrica para a ilha de Fernando de Noronha. Em Fernando de Noronha, está em desenvolvimento o projeto de P&D de Mobilidade Elétrica Trilha Verde que objetiva estabelecer, de forma sustentável, soluções e modelos de negócio para atividades de turismo, serviços públicos e operação da Neoenergia Pernambuco. Serão utilizados veículos elétricos e estações de carregamento, distribuídas em locais estratégicos da ilha, assegurando o suprimento por meio de fontes renováveis com sistema de armazenamento de energia. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e Termopernambuco.

PD-00047-0087/2019 – Corredor Verde e Postos de Carregamento para Avaliação do Desempenho de Veículos Híbridos e Elétricos. consiste em eletrovia de 1.200 km interligando Salvador (BA) e Natal (RN), contendo 11 estações de recarga de rodovias (50kW) mais 6 estações em shoppings urbanos (22kW), oferecendo uma ampla infraestrutura para usuários de veículos elétricos na região nordeste. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco, Termopernambuco.

2.10 Planos de negócios

PD-00385-0070/2019 – Transformação Digital da Experiência do Cliente Neoenergia. Objetivando melhorar a relação das empresas distribuidoras com os clientes Neoenergia, está em desenvolvimento o maior projeto de P&D do setor elétrico brasileiro, o Conexão Digital. O projeto de P&D entregará importantes produtos para transformar a experiência do cliente Neoenergia, oferecendo canais digitais mais eficientes e personalizados, tornando mais efetivo o atendimento humano e digital. Será realizado o redesenho de vários processos, além do desenvolvimento e aplicações de novas soluções digitais para atender às necessidades atuais e futuras dos nossos clientes. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

PD-00047-0088/2019 – GODEL - Sensor Inteligente para Redes Elétricas de 69kV. Desenvolveu o cabeça de série do sensor inteligente em linha de 69kV. A relevância de um sensor inteligente em linha de 69kV é a rápida localização da falta, além de um permanente monitoramento on-line das principais grandezas elétricas. Com estas informações é possível, de imediato, se obter a localização da falta e, com os dados históricos do comportamento da linha, fazer análises preditivas visando potenciais problemas de sobrecargas e consequente instabilidades da linha, podendo ser ainda processados por algum sistema do tipo Analytics. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

PD-00043-0121/2021 – Sistema de Medição da Resistência de Aterramento em Subestações Usando Fonte de Injeção de Corrente. O projeto tem como objetivo principal o desenvolvimento de uma fonte de corrente para medição de resistência de aterramento em Subestações (SE) energizadas. Para alcançar esse objetivo, o projeto foi desenhado para englobar duas fases da cadeia de produção: Cabeça de Série (CS) e Lote Pioneiro (LP). São características do produto: (1)- Medição de resistência de aterramento em SE's energizadas; (2)- Capacidade de medição das tensões de passo e toque na SE; (3)- Metodologia de medição em conformidade com a norma brasileira NBR 15749; (4)- Operação via tablet aumentando a segurança durante a realização dos testes; (5)- Sistema alimentado por baterias com grande autonomia de uso; (6)- Projetado em conformidade com a norma internacional de segurança IEC 61010-1, CAT IV. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

PD-00047-0092/2022 – Cabeça de Série Torre de Emergência Móvel para Linhas de Subtransmissão em 69 e 138kV. Consiste no desenvolvimento de âncoras nacionais removíveis e aprimoramento de tecnologia para uso de torres de emergência móveis em redes de subtransmissão. O projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

PD-00047-0091/2021– GODEL - Cabeça de série do concentrador de dados de medição – Multilink. Desenvolvido um concentrador de dados de medição com tecnologia nacional para comunicação por radiofrequência Mesh no padrão Wi-SUN com o objetivo de garantir interoperabilidade entre os equipamentos de campo da rede de distribuição (GODEL sensor, medidores e demais equipamentos). Além disso, o concentrador de dados também possibilita o envio dos dados da medição para os sistemas de gerenciamento da distribuidora por meio de múltiplos links de comunicação. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Brasília e Neoenergia Pernambuco

Em 2020 e 2021, não houve encerramento de projetos.

Em 2022 foram encerrados 03 projetos de P&D, sendo eles: (i) PD-00047-0088/2019 - GODEL - Sensor Inteligente para Redes Elétricas de 69kV; (ii) PD-00040-0023/2018 – Lote Pioneiro do Aferidor de Medidores de Energia Elétrica sem Interrupção no Fornecimento; (iii) PD-00047-0084/2019 – Lote Pioneiro de Equipamento para Identificação e Cadastro de Equipamentos de Redes de Distribuição de Energia Elétrica.

Estão em andamento 09 projetos de P&D, sendo eles: (i) PD-00043-0119/2019 – Antenas Inteligentes – Cabeça de Série; (ii); PD-00385-0071/2019 – Desenvolvimento de Equipamento para Poda de Árvores próximas a Redes de Distribuição de até 46 kV com Controle Remoto; (iii) PD-00385-0069/2019 – Desenvolvimento de Caminhão Elétrico para Manutenção de Redes de Distribuição de Energia; (iv) PD-00043-0087/2019 – Aplicações Ambientalmente Sustentáveis da Mobilidade Elétrica para a ilha de Fernando de Noronha; (v) PD-00047-0087/2019 – Corredor Verde e Postos de Carregamento para Avaliação do Desempenho de Veículos Híbridos e Elétricos; (vi) PD-00385-0070/2019 – Transformação Digital da Experiência do Cliente Neoenergia; (vii) PD-00043-0121/2021 – Sistema de Medição da Resistência de Aterramento em Subestações Usando Fonte de Injeção de Corrente; (viii) PD-00047-0092/2022 – Cabeça de Série Torre de Emergência Móvel para Linhas de Subtransmissão em 69 e 138kV; (ix) PD-00047-0091/2021– GODEL - Cabeça de série do concentrador de dados de medição – Multilink.

2.10 Planos de negócios

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes totais investidos pela Neoenergia Elektro nos projetos de pesquisa e desenvolvimento (fase da cadeia de inovação: cabeça de série, lote pioneiro e inserção de mercado), somados aos recursos destinados à gestão do Programa de P&D, corresponderam aos seguintes valores:

- Em 2022, R\$ 16.170.288,36
- Em 2021, R\$ 23.471.599,32
- Em 2020, R\$ 16.336.442,70

d.oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Em 2022, a empresa avançou para a definição e divulgação das metas a serem alcançadas em 2025 e em 2030, previamente aprovadas pelo Conselho de Administração, conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 19/07/2022 e arquivado na CVM e site de RI (<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/2aec7c3f-0df1-4df1-967a-66ab1030fc14/1f9f2306-ee8d-fe27-a895-6818ce5903da?origin=1>). As metas consideram os temas avaliados como materiais para a gestão sustentável e o compromisso com os ODS.

A execução da estratégia ESG+F gira em torno de três pilares, reforçando que os temas estão integrados à estratégia e ao modelo de negócios da Neoenergia:

- ✓ Desempenho ambiental, o combate à mudança climática e a preservação e recuperação da biodiversidade, por meio das políticas de meio ambiente;
- ✓ Compromisso social, que se manifesta nas políticas sociais;
- ✓ Normas e políticas de governança corporativa.

As iniciativas seguem a Política Geral de Desenvolvimento Sustentável da Neoenergia, que determina os princípios gerais e fundamenta as bases que devem reger a estratégia de sustentabilidade. Dessa forma, a Neoenergia busca garantir que todas as atividades corporativas e de negócios se comprometam e promovam a criação de valor sustentável para todos os públicos de interesse (clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores, órgãos reguladores, governos e comunidades impactadas pelos seus negócios), retribuindo de forma equitativa a todos aqueles que contribuem para o êxito de seu projeto.

Consistente com seu modelo de negócios sustentável, a Neoenergia está posicionada como um dos principais e pioneiros grupos empresariais do Brasil com financiamento ESG. Tudo isso com o triplo objetivo de (i) alinhar sua estratégia financeira com seu propósito, valores e estratégia de investimento, (ii) otimizar o custo de sua dívida e (iii) diversificar suas fontes de financiamento, transformando a sustentabilidade em um meio e fim ao mesmo tempo pela força financeira que busca e pela qual se caracteriza.

A Neoenergia vinculou sua estratégia de negócios e sustentabilidade aos ODS desde sua definição e, em 2018, aprovou a reformulação do seu Sistema de Governança Corporativa cujo principal objetivo era formalizar o compromisso do grupo com essa agenda, destacando a contribuição para o cumprimento do dividendo social gerado pela sua atividade empresarial.

A Neoenergia concentra seus esforços nos ODS nos quais sua contribuição é mais relevante:

- no fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7); e
- na ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13).

A Neoenergia mantém compromisso, ainda, com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável dos negócios: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17). A Neoenergia segue signatária dos dez princípios do Pacto Global, desde 2007, com uma atuação baseada no respeito a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

Em linha com tais objetivos, e tendo em vista a tendência global de transição energética, com aumento da demanda por energia limpa, com o mercado de carbono em processo de regulamentação mundial e os incentivos a produtos e serviços com baixa pegada de carbono, a companhia busca exercer um protagonismo nesse movimento, fortalecendo e ampliando o segmento de energias renováveis (eólica e solar).

Seguimos trabalhando em parcerias estratégicas para fomentar novas tecnologias, descarbonização e soluções industriais limpas. Assinamos memorandos de entendimento com empresas e governos estaduais para no médio e longo prazo desenvolver projetos de hidrogênio verde e eólica offshore, e temos participado ativamente da construção da regulamentação dessas soluções energéticas no país.

2.10 Planos de negócios

Além do esforço na execução de projetos sustentáveis, a Neoenergia reformulou seu Sistema de Governança e Sustentabilidade em torno de critérios ESG+F (environmental, social and governance + financial, ou, na tradução para o português, aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa, mais financeiros), tendo emitido seu primeiro título verde em 2019, pela empresa Neoenergia e desde então tem intensificado seu financiamento por meio desse tipo de instrumento, com inúmeras outras emissões, e em seus diferentes aspectos: operações públicas e privadas, dívida sênior e subordinada (títulos híbridos), emitidas da Corporação ou de outras subsidiárias (debêntures verdes da Neoenergia).

Em dezembro de 2021, a Neoenergia assinou um empréstimo verde de 200 milhões de euros com o BEI para financiar projetos renováveis no Brasil, elevando o valor total financiado pelo BEI para a Neoenergia no final de 2021 para € 457 milhões.

No final de 2022, o Grupo Neoenergia tinha um total de 19 títulos verdes emitidos pela Corporação no valor total aproximado de 10 bilhões de reais, destinados ao financiamento de projetos renováveis e de transmissão ou distribuição no Brasil.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Exercício de 2022

Em 2022, adotamos a opção de trabalho híbrido como opção para os colaboradores que exerçam atividades compatíveis com esse modelo. Nossa experiência durante a pandemia de Covid-19 nos mostrou que com essa possibilidade é possível agregar qualidade de vida aos times, sem perda de produtividade, além de alinhar o Grupo Neoenergia à realidade do mercado de trabalho.

Exercício de 2021

Gradativamente, em Setembro/2021 iniciamos o retorno ao trabalho de forma híbrida, e em Dezembro/2021 já estávamos com 100% dos colaboradores em trabalho presencial, sempre enfatizando nosso cuidado à saúde e bem estar de todos, e praticando todos dos protocolos necessários à prevenção contra a Covid.

No que tange o consumo de energia, de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), houve um aumento de 4,1% em relação a 2020. Após um primeiro semestre de medidas de isolamento social para combate à pandemia de Covid-19, que impactaram significativamente a demanda por energia elétrica no país, o consumo de energia dá sinais consistentes de sua recuperação.

Medidas associadas à Covid-19

Restrições operacionais temporárias para distribuidoras

Foi publicada em 26 de março de 2021 a Resolução Normativa ANEEL nº 928/2021, impondo restrições operacionais para preservar a segurança do atendimento aos consumidores devido à pandemia. As principais medidas adotadas foram a vedação da suspensão do fornecimento para determinados grupos de consumidores (residencial baixa renda, usuários de equipamentos vitais, entre outros), a suspensão do prazo nonagesimal para corte do fornecimento (todos os consumidores), e a postergação do pagamento pelas distribuidoras das compensações por violação dos limites de continuidade individuais e de conformidade de tensão. A resolução, que tinha vigência inicial até 30 de junho de 2021, foi prorrogada até 30 de setembro de 2021 por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 936/2021, de 15 de junho.

Reequilíbrio das distribuidoras

Foi divulgada em 23 de novembro de 2021 a Resolução Normativa ANEEL nº 952/2021, que trata da correção dos desequilíbrios econômicos decorrentes da pandemia, do estabelecimento da metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a crise sanitária e da definição dos critérios para ressarcimento aos consumidores de custos associados à operação de crédito da Conta-Covid em 2020.

Medidas associadas à Crise Hídrica

Criação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) – jun/21

A Medida Provisória nº 1.055 instituiu a CREG, que teve como competência a definição das diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para a operação dos reservatórios das usinas hidrelétricas do País, envolvendo definições para limites de uso, armazenamento e vazão, preservando as competências dos órgãos e entidades responsáveis pela implementação das diretrizes. A vigência da CREG foi até 30/12/2021.

Programa de Resposta à Demanda – ago/21

O programa já existe desde 2017, mas em agosto de 2021 o MME o instituiu para unidades consumidoras do SIN, de forma a recompensar os cidadãos que reduzirem em até 10% o consumo, com um bônus de R\$ 50 para cada 100 kWh economizados. O programa teve duração até dezembro de 2021 e foi válido para aqueles que reduziram o consumo entre 10% e 20%.

Bandeira Tarifária de Escassez Hídrica – set/21

Criada para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia, a bandeira Escassez Hídrica foi estabelecida em R\$14,20 a cada 100

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

kWh consumidos e passou a valer para todos os consumidores de setembro/21 a abril/22, com exceção dos beneficiários da tarifa social.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia, como parte integrante do Grupo Neoenergia, conta com uma Política Geral de Gestão de Risco Corporativo, cuja última atualização foi aprovada pelo Conselho de Administração da Neoenergia em 17 de abril de 2023, que define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia. Essa atualização inclui em todas as políticas o Risco de ESG+F (Environmental, Social, Governance and Financial Materiality, "ESG+F", sua sigla em inglês), que engloba os aspectos ambientais, sociais e de governança, alinhados com os compromissos ESG divulgados pela Companhia ao mercado no ano de 2022.

A Política Geral de Gestão de Risco Corporativo é o marco de gestão de risco corporativo da Companhia e define os princípios básicos, diretrizes e estrutura para gestão de riscos para o grupo Neoenergia e é complementada pelas políticas de risco corporativas e políticas de riscos para os negócios, também aprovadas pelo Conselho de Administração. No âmbito do negócio, o grupo Neoenergia possui a (i) Política de Risco do Negócio Liberalizado, dos riscos que contemplam as atividades de geração termelétrica e a comercialização de energia; (ii) Política de Risco do Negócio de Renováveis, dos riscos que contém as atividades de geração hidráulica, solar e eólica e (iii) Política de Risco para o Negócio de Redes, dos riscos que englobam as atividades de distribuição e transmissão de energia. As políticas corporativas contemplam: Riscos Financeiros, Riscos de Crédito, de Investimento, de Compras, Riscos de Mercado de Energia, Riscos Operacionais de Transações de Mercado, de Seguros, Risco Reputacional, TI, Cibersegurança, Ações em Tesouraria e Saúde e Segurança no Trabalho.

No início de 2023, as 16 políticas vigentes foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, tendo seus limites e referências atualizadas.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo da Política Geral de Gestão de Risco Corporativo é estabelecer as diretrizes, princípios e responsabilidades para a gestão de riscos, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

De forma complementar, as políticas de risco para os negócios e as corporativas definem regras, procedimentos, níveis de exposição, indicadores e limites de risco específicos, conforme descrito a seguir.

- Política de Risco de Mercado de Energia: estabelece os princípios e diretrizes para controle e gestão dos riscos de mercado de energia nas atividades de Geração, Distribuição e Comercialização de energia, tanto no mercado regulado quanto no mercado livre, sobre atualização periódica das variáveis para determinação da demanda de energia, ao cumprimento dos limites regulatórios do nível de contratação de energia, ao controle da exposição a preço das geradoras no caso de indisponibilidade, variabilidade, falta de lastro e risco hidrológico.
- Política de Risco de Crédito: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão de risco de crédito de todas as transações sujeitas a exposição junto a contrapartes que possa gerar perdas no caso de descumprimento de obrigações contratuais, com destaque para contrapartes em operações financeiras e contrapartes comerciais, em especial nos negócios de comercialização e geração, bem como junto a seguradoras, prestadores de serviço e fornecedores. Estabelece, ainda, regras sobre limites para cada contraparte de acordo com a sua capacidade de crédito, garantias, recuperação de valores vencidos, diversificação de contrapartes.
- Política de Riscos Financeiros: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão de riscos de financeiros, com destaque para regras e limites sobre mitigação de risco cambial e de taxas de juros, instrumentos para gestão de liquidez e solvência, estratégia de ALM, avaliação de hedgehedges naturais, covenants regulatório de sustentabilidade econômico-financeira, diversificação de instrumentos de dívida, volume de caixa mínimo e utilização de instrumentos derivativos.
- Política de Seguros: estabelece os princípios e diretrizes para controle e gestão de seguros com o objetivo de mitigar a exposição do Grupo Neoenergia contra os seus riscos operacionais, de construção, cibernéticos e de responsabilidade civil.
- Política de Risco Operacional em Transações de Mercado: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos operacionais das transações de mercado relacionadas à de gestão de energia e de tesouraria do Grupo Neoenergia, que possam gerar prejuízos econômicos diretos ou indiretos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

resultantes de procedimentos internos inadequados, falhas tecnológicas, eventos externos ou internos, erro humano ou fraude em operações de mercado.

- Política de Investimentos: estabelece os princípios e diretrizes para análise, acompanhamento, controle da gestão dos riscos associados aos novos projetos de investimento e desinvestimento do grupo Neoenergia.
- Política de TI: define a gestão integrada que permite um enfoque tecnológico global e procura assegurar uma adequada gestão das tecnologias de informação e os riscos associados, mantendo um equilíbrio entre a geração de benefícios, a otimização dos níveis de risco e o uso eficiente dos recursos.
- Política de Cibersegurança: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos derivados de ameaças e vulnerabilidades dos sistemas de controle ou sistemas de informação e comunicações do grupo Neoenergia ou de qualquer outro ativo que faça parte da ciberinfraestrutura do grupo, incluindo os ativos de informação.
- Política de Risco Reputacional: estabelece os princípios e o marco para gestão do risco de reputação e imagem, com potencial impacto negativo no valor do grupo Neoenergia devido à conduta, comportamento e posicionamento da empresa em desacordo com as expectativas criadas pelos grupos de interesse.
- Política de Compras: estabelece o controle e gestão dos riscos associados aos processos de compras em geral, incluindo o risco crédito, do negócio, regulatório, operacional, reputacional e cibersegurança em todo o grupo Neoenergia, com especial ênfase no cumprimento dos compromissos éticos e de sustentabilidade do grupo, relacionados aos seus fornecedores. Adicionalmente, atribui as responsabilidades e a delegação de autoridade em cada etapa do processo de compras, garantindo uma segregação adequada de funções e o pleno respeito da organização corporativa.
- Política de Ações em Tesouraria: estabelece os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e a gestão de riscos das operações com ações de emissão da Neoenergia, realizadas diretamente pela Companhia.
- Política de Saúde e Segurança no Trabalho: estabelece os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e a gestão de riscos de saúde e segurança. Esta política enfatiza a importância do tema, baseando-se em alguns princípios básicos: saúde e segurança devem ser prioridade, conscientização de todos os colaboradores sobre saúde e segurança no trabalho, vigilância contínua e adequação do colaborador no seu posto de trabalho, melhoria contínua, com obtenção e manutenção de certificações relacionadas à saúde e segurança, cumprimento dos marcos legislativo, laboral, tecnológico, além de normativos internos, exigência do cumprimento das normas de saúde e segurança estabelecidas pelo grupo Neoenergia por parte dos contratados terceirizados e fomentar a cultura de prevenção, adotando as melhores práticas internacionais.
- Política de Riscos do Negócio Liberalizado: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos associados ao negócio de geração térmica e comercialização de energia, com destaque para diretrizes específicas de risco em gestão de energia no ambiente de contratação livre. Estabelece ainda limites e regras para mitigação do risco hidrológico, *benchmarking*, risco financeiro e de volume para a exposição do portfólio de energia do grupo.
- Política de Risco para o negócio de Redes: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos associados ao negócio de distribuição e transmissão de energia, com destaque para diretrizes específicas e limites de risco relacionadas ao nível de contratação de energia, aos índices dos processos de unitização, investimentos e gastos para eficiência na revisão e reajuste tarifário, ao índice de inadimplência e perdas, ao volume de investimentos, à qualidade do serviço aos respectivos covenants regulatórios de qualidade, à operação e manutenção da rede e à gestão de empresas prestadoras de serviços, dentre outros.
- Política de Risco do Negócio de Renováveis: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos associados ao negócio de geração de energia renovável, com destaque para diretrizes específicas de risco em gestão de energia nos ambientes de contratação livre e regulado, em operação e manutenção e em novos investimentos, índices de disponibilidade, ressarcimento, variabilidade dos recursos, revisão de garantia física, dentre outros.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Riscos para os quais se busca proteção

i. Riscos para os quais se busca proteção

Os principais riscos para os quais a Companhia pode estar exposta e busca gerir, mitigar e proteger envolvem:

- **Negócio:** Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido à incerteza das variáveis intrínsecas aos negócios, como por exemplo, o balanço de oferta/demanda de energia elétrica, a hidrologia e a estratégia dos demais agentes.
- **Financeiro:** Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido à exposição a variáveis de mercado, como por exemplo, taxas de câmbio, taxas de juros, preços de commodities, preços e taxas de ativos financeiros, dentre outros.
- **Mercado de Energia:** entendido como a exposição dos resultados e patrimônio do grupo às variações de preços e de outras variáveis de mercado, como por exemplo, movimentos adversos nos preços de energia no curto e longo prazo e aos efeitos de outros fatores e riscos que impactem os preços de energia.
- **Crédito:** Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido ao não cumprimento de obrigações financeiras e contratuais de contrapartes, como inadimplência ou não performance dos contratos existentes.
- **Liquidez:** Possibilidade de a Companhia ser incapaz de honrar seus compromissos e obrigações financeiras nos respectivos vencimentos, ou ainda de haver restrições no mercado para obtenção de recursos e financiamento para suas atividades.
- **Governança:** Perseguir o atingimento dos objetivos corporativos e a maximização, de forma sustentável, de seu valor econômico no longo prazo, em conformidade com seu interesse corporativo, sua cultura e visão corporativa, levando em conta o interesse legítimo, público ou privado, que permeia todas as atividades de negócio, particularmente entre os diferentes grupos de interesse como as comunidades e territórios onde atua a Companhia e seus profissionais. Para tanto, é imprescindível o cumprimento de um sistema de governança corporativa, integrando os Estatutos Sociais, propósito e valores do grupo Neoenergia, o Código de Ética, políticas corporativas e as normas de governança corporativa, aprovados pelos órgãos competentes das companhias, e alinhado às melhores práticas de mercado para governança.
- **Regulatórios e políticos:** Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido à criação ou alteração nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das atividades reguladas e condições de fornecimento, ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças e descumprimento parcial ou total dos contratos e risco legal ou de fraude.
- **Operacionais, tecnológicos, ambientais, sociais e legais:** Possibilidade de ocorrência de perdas econômicas ou financeiras, diretas ou indiretas, resultantes de processos internos inadequados, falhas tecnológicas, erros humanos, de sistemas ou ainda de certos eventos externos, incluindo o impacto econômico, social, ambiental e reputacional, bem como o risco legal e de fraude. Esses riscos incluem ainda aqueles associados à tecnologia da informação e à segurança cibernética, bem como risco de obsolescência tecnológica, dentre outros.
- **Reputacionais:** potencial impacto negativo no valor do grupo Neoenergia devido à conduta, comportamento e posicionamento da empresa em desacordo com as expectativas criadas pelos diversos grupos de interesse, incluindo os comportamentos ou condutas relacionadas à corrupção.
- **ESG+F (Environmental, Social, Governance and Financial Materiality, “ESG+F”, sua sigla em inglês):** conjunto de riscos relacionados aos aspectos ambientais, sociais e de governança com potencial impacto no desempenho econômico-financeiro, bem como sua reputação. Esta avaliação englobará, sem se restringir a estes aspectos, o engajamento dos stakeholders, matriz de materialidade, sustentabilidade da cadeia de valor, avaliações e planos de ação relacionados a risco de mudança climática, biodiversidade, meio ambiente e responsabilidade social, bem como o risco de não atendimento às obrigações regulatórias estabelecidas pela CVM, B3 e demais órgãos competentes aplicáveis.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A Companhia, na gestão do negócio, analisa estes riscos e define estratégias para gerenciar o impacto sobre seu desempenho, em consonância com sua Política Geral de Gestão de Risco Corporativo e demais políticas aplicáveis.

Além disso, também se considera como mecanismos de proteção quanto aos riscos descritos no item 4.1 o monitoramento periódico dos limites de riscos aprovados pelo Conselho de Administração, a execução e acompanhamento das ações contínuas e dos planos de mitigação dos riscos com reporte periódico de tais informações aos fóruns competentes, com destaque para o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, a Diretoria e os demais comitês ou comissões relacionadas à atividade de gestão de riscos na Companhia.

ii. Instrumentos utilizados para proteção

A gestão e mitigação dos riscos é resultado do processo de identificação dos riscos que é realizado junto às áreas responsáveis, Planos de Curto e Longo Prazo e Objetivos Corporativos da Companhia.

Após sua identificação, os riscos são classificados de forma padronizada de acordo com as seguintes características: categoria; relevância; evolução em relação ao período anterior; descrição dos fatores de risco; horizonte de tempo; impacto; probabilidade de ocorrência; e 'dono' do risco.

Com a identificação e classificação dos riscos, são discutidos e propostos indicadores, ações de mitigação, planos de ação e os respectivos responsáveis. A consolidação dessas informações compõe o mapa de riscos que são segregados em curto e longo prazo, encaminhada para apreciação da Diretoria, periodicamente.

A Superintendência de Gestão de Riscos tem a função de monitorar a evolução, os impactos e a probabilidade de ocorrência dos riscos, o que inclui o acompanhamento das ações de mitigação e planos de ação.

O Conselho de Administração aprova anualmente os limites de riscos que são parte integrante das políticas de risco aprovadas para a Companhia ou negócios específicos.

Especificamente em relação à eventual exposição a situações que infrinjam a legislação anticorrupção ou de combate à lavagem de dinheiro, em virtude das relações da Companhia com autoridades, órgãos reguladores e a administração pública em geral, a Companhia dispõe de uma Superintendência de Compliance, subordinada hierarquicamente ao Conselho de Administração, a ele vinculando-se por meio do Comitê de Sustentabilidade, com independência de atuação, responsável pela gestão de um programa de integridade e estabelecimento de medidas, políticas e normas de prevenção a riscos de corrupção e prática de atos ilícitos, bem como ações de reação a situações de não conformidade porventura identificadas. Dentre essas medidas e ações destacam-se:

- Disponibilização para todos os colaboradores e executivos de todos os documentos de integridade (Código de Ética, políticas e procedimentos de integridade e de combate à corrupção)
- Treinamentos de executivos e colaboradores sobre o Código de Ética Política Contra a Corrupção e a Fraude e Política de Prevenção de Delitos, bem como comunicações internas, com o objetivo de fortalecer uma cultura de integridade e de tolerância zero em relação à corrupção e atos ilícitos. No ano de 2022, 15.652 colaboradores do Grupo Neoenergia, incluindo colaboradores da Companhia participaram de ações de treinamento e comunicação sobre o Código de Ética e o Sistema de Compliance da Companhia, sendo que 1055 são líderes e tiveram treinamento específico do Código de Ética para liderança.
- Avaliação de riscos de corrupção e prática de delitos, envolvendo a identificação, qualificação, mitigação e monitoramento dos riscos de compliance a que a empresa está exposta;
- Processos de due diligence de fornecedores e em doações e patrocínios.
- Processos de avaliação de risco de compliance em operações de M&A.
- Procedimentos específicos para relacionamento com agentes públicos, conforme disciplinado na Norma de Relacionamento com o Poder Público;
- A Companhia possui um canal de denúncias, anônimo e independente, gerido externamente por empresa especializada, que pode ser utilizado por todos os profissionais do grupo Neoenergia e pelo público externo, e se destina ao recebimento de relatos de condutas contrárias ao Código de Ética, às políticas de integridade e à lei;
- Procedimentos de investigação: A Companhia possui uma estrutura para identificar condutas irregulares e proceder com as investigações para apurar os fatos, bem como para aplicar eventuais medidas disciplinares cabíveis, além de recomendar aprimoramentos nos processos para a eliminação de não conformidades;
- Canal de consultas éticas para colaboradores: Ferramenta disponível para esclarecer rapidamente as dúvidas de todos os profissionais da Companhia relacionadas à aplicação do Código de Ética e demais documentos de integridade;
- Cláusula anticorrupção e procedimentos de due diligence de fornecedores: Além do Código de Ética, a

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

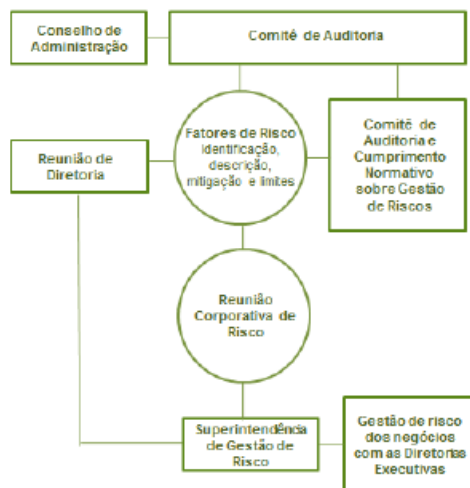
Companhia também adota um modelo de cláusula anticorrupção para seus contratos e procedimentos de due diligence de integridade para relacionamento com fornecedores, por meio de Questionário de Integridade, pesquisas reputacionais e classificação de risco, conforme estabelecido na Política de Compras e no Procedimento de Due Diligence de Fornecedores.

Em 2022 o Canal de Denúncias da Companhia recebeu 279 relatos, sendo que destes relatos 86 foram classificados como denúncias fora de escopo e 193 foram admitidos a trâmite pela Superintendência de Compliance.. Nenhum dos relatos recebidos, contudo, apontou condutas que, ainda que potencialmente, violassem: i) a Lei nº 12.846/2013 – Lei da Empresa Limpa; ii) Lei nº 9.613/1998 – Lei de Lavagem de Dinheiro; iii) Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa; ou iv) Lei nº 13.260/2016 – Lei de Combate ao Terrorismo ou o Foreign Corrupt Practices Act (FCPA) ou o UK Bribery Act. O tratamento dos relatos considerados como procedentes contemplou mudanças nos processos internos para mitigação de riscos e aplicação de medidas disciplinares, conforme cada caso.

A Auditoria Interna realiza uma supervisão independente e objetiva de avaliação, destinada a agregar valor e melhorar as operações da organização, por meio do aprimoramento dos instrumentos destinados à gestão de riscos, controles internos, compliance e processos de governança.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de risco da Neoenergia conta com estrutura corporativa:



Atribuições:

- Conselho de Administração: responsável pela aprovação da Política Geral de Gestão de Risco Corporativo e suas atualizações; pela aprovação das Políticas Específicas de Gestão de Riscos e seus respectivos limites de risco; e pelo acompanhamento periódico da evolução dos indicadores de risco.
- Comitê de Auditoria: responsável por análises, recomendações e acompanhamento da evolução dos indicadores de risco a fim de suportar as decisões do Conselho de Administração
- Reunião de Diretoria: responsável pela aprovação dos mapas de riscos estratégicos; pela gestão e acompanhamento da evolução dos indicadores de risco; por garantir o alinhamento entre a estratégia organizacional e a gestão de riscos; pela integração da gestão de riscos aos objetivos estratégicos das Companhias e dos negócios do grupo da Companhia.
- Reunião Corporativa de Risco: fórum responsável pela exposição dos fatores riscos, avaliação dos mapas de riscos estratégicos, acompanhamento dos limites, indicadores e plano de ação.
- Superintendência de Gestão de Riscos: reporta-se ao Diretor de Finanças e de Relação com Investidores e é responsável por atualizar, coordenar e implantar as políticas de gestão de riscos; elaborar os mapas de riscos estratégicos em conjunto com os pontos focais dos riscos; definir, acompanhar e controlar os indicadores, limites e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e corporativas; elaborar os relatórios de acompanhamento para a Diretoria, Comitê de Auditoria e para o Conselho de Administração; buscar melhorias contínuas do processo de gestão de riscos e disseminar a cultura de gestão de riscos na Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Áreas de negócios e corporativas: responsável por auxiliar na elaboração dos mapas de riscos estratégicos; pela proposta, acompanhamento e cumprimento dos indicadores e limites de riscos estabelecidos; pela proposta, execução e controle dos planos de ação e estratégias de mitigação de riscos conforme aprovações nas alçadas competentes; por agir proativamente na gestão e mitigação dos riscos, assegurando o papel da área de negócio como a 1ª linha de defesa na gestão e controle dos riscos; pelo acompanhamento constante das condições externas de forma a antecipar e mitigar riscos que possam gerar impactos negativos para o grupo.

Adicionalmente, a gestão de risco corporativo é complementada pela estrutura organizacional de Governança, Riscos, Compliance e Controles Internos da Companhia, que inclui:

- as superintendências de Auditoria Interna, de Compliance e de Controles Internos do Grupo e de suas Companhias, que garantem o monitoramento sistemático do cumprimento das políticas e estratégias estabelecidas.**



Estas superintendências, em conjunto com Gestão de Risco Corporativo e as áreas de negócios e corporativas, complementam e fortalecem a estrutura de gerenciamento de riscos criando três linhas de defesa:



Neste modelo, as Áreas de Negócio são a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos; as diversas funções de controle de riscos e supervisão de conformidade estabelecidas pela Administração (Risco Corporativo, Controles Internos e Compliance) são a segunda linha de defesa; e a avaliação independente feita pela Auditoria Interna é a terceira linha de defesa.

c. adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

A Administração entende que sua estrutura operacional está adequada para garantir o cumprimento das diretrizes da política geral de gestão de risco corporativo.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A gestão dos riscos permeia todos os níveis hierárquicos do grupo Neoenergia e envolve as áreas de Auditoria Interna, Controles Internos e Compliance, além de todas as áreas de negócios ou corporativas definidas como responsáveis por cada risco mapeado.

Cabe destacar ainda que Auditoria Interna é responsável por verificar o cumprimento das políticas e demais normativos da Companhia associados ao plano anual de trabalhos, que se baseia em riscos. O plano anual de trabalhos da Auditoria Interna é referendado pelo Comitê de Auditoria visando apoiar a realização dos objetivos estratégicos da Companhia e é posteriormente aprovado pelo Conselho de Administração, incluindo tópicos e normativos relacionados à gestão de riscos, tais como:

- Auditoria sobre os controles de monitoramento dos limites e indicadores das políticas de riscos;
- Auditorias anuais relativas ao cumprimento do Código de Ética;
- Revisão semestral do funcionamento dos controles mais críticos do Sistema de Controle Interno sobre a Informação Financeira.

A Auditoria Interna está estruturada para testar o cumprimento das diretrizes e políticas, enquanto a área de Controles Internos está estruturada para garantir o controle dos riscos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, onde ocorre a divulgação específica das estratégias envolvendo derivativos. Além disso, auxilia as áreas de negócio na identificação da necessidade de criação e melhoria de controles, bem como a eficiência e eficácia dos processos administrativos e operacionais. Os resultados dessas auditorias são reportados diretamente ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração da empresa.

O Comitê de Auditoria tem como objetivo assegurar que as atividades da auditoria interna estejam alinhadas com os objetivos da Companhia, por meio da definição de diretrizes políticas de atuação e aprovação do plano de auditoria. Também compete ao Comitê a revisão das deficiências de Controles Internos apontadas nos relatórios de auditoria e a análise das medidas de correção adotadas, bem como acompanhamento e atuação na regularização dos pontos de auditoria.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e da Política de Risco de Crédito.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

A Companhia possui uma Superintendência específica para os assuntos referentes a Controles Internos, a qual reporta para a Diretoria Executiva de Controle Patrimonial e Planejamento. Juntamente com três outras Superintendências: Riscos, Compliance e Auditoria Interna atua nas tratativas dos temas correlatos.

A Companhia implementou e mantém um ambiente de controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras e não financeiras, adotando como principal referência o modelo do COSO 2013 – Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission. Tal referência é utilizada no âmbito de todas as empresas do grupo, considerando a análise de materialidade das demonstrações financeiras e os princípios e boas práticas de governança corporativa e sustentabilidade.

O ambiente de controles internos é suportado por sistemas, os quais proporcionam maior segurança e confiabilidade aos processos. Dentre os diversos sistemas periféricos que também possuem controles automatizados implementados, destacamos o sistema de gestão SAP-R3 com seus módulos principais e o SAP-BPC responsável pela consolidação das contas contábeis, que gerenciam um número elevado dos controles automatizados. Para assegurar a adequada segregação de função e as premissas de aprovação adotadas pela Administração, a Companhia possui a norma de limites e alçadas documentada e implementada no sistema SAP R3.

Os perfis de acesso estão parametrizados no sistema SAP, e os conflitos mapeados e controlados por meio de ferramenta específica SAP-GRC.

Para a criação, liberação e alteração de perfil, existe um fluxo de aprovação envolvendo os líderes de área, proprietários das informações, usuários chave, Controles Internos e TI.

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Superintendência de Controles Internos da Companhia tem a atribuição de auxiliar a Administração no desenho e implantação dos controles sobre as demonstrações financeiras, além de outros indicadores financeiros e não financeiros, baseados no relatório de sustentabilidade, seguindo as melhores práticas de mercado.

Para tanto, foi elaborada uma metodologia e regimento de trabalho visando envolvimento das áreas de negócio, padronização e qualidade dos trabalhos desenvolvidos. Os controles internos da Companhia sobre os relatórios financeiros e não financeiros destinam-se ao oferecimento de garantias com relação à preparação e à apresentação adequada das demonstrações financeiras publicadas e o relatório de sustentabilidade (modelo GRI). Assim como ocorre em qualquer sistema de controles internos e devido às suas limitações inerentes, o controle interno sobre os relatórios financeiros e não financeiros eventualmente poderá não impedir ou detectar declarações inverídicas.

Com relação aos controles para assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras, a Companhia adota em seu modelo de controles internos as referências do COSO 2013, utilizando ferramenta de apoio informatizada e online para sua documentação, monitoramento e certificação das informações financeiras e controles, conferindo transparência e confiabilidade aos números da Companhia. Além destes controles p, são realizados diversos trabalhos de mapeamento de processos e desenho de controles, visando à melhoria contínua e a maior confiabilidade dos processos.

A efetividade dos controles internos é testada pela área de Auditoria Interna da Companhia. Os testes são realizados seguindo a metodologia estabelecida pela Auditoria Corporativa do Grupo Neoenergia. Os resultados destes testes contribuem para o fortalecimento da eficiência dos controles, confiabilidade e integridade das informações financeiras e não financeiras, bem como para a disseminação da importância destas ações dentro da organização.

5.2 Descrição dos controles internos

Os resultados destes testes contribuem para o fortalecimento da eficiência dos controles, confiabilidade e integridade destas informações, bem como para a disseminação da importância destas ações dentro da organização.

Vale ressaltar que, em 2022 a Companhia iniciou o desenvolvimento do modelo de controles Internos para suportar a geração e divulgação das informações contidas no Relatório de Sustentabilidade. O modelo, estrutura e ferramenta, são similares aos utilizados para as informações financeiras.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Na Companhia, a avaliação dos controles internos é conduzida por meio de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, Comitê de Assessoramento Diretoria Executiva, Superintendências de Controles Internos, Riscos e Compliance, além da Auditoria Interna e áreas de negócio. Compete ao Conselho de Administração ter ciência das deficiências significativas e fraquezas materiais encontradas no ambiente de controles internos da Companhia validando as ações cabíveis para mitigação das deficiências encontradas. O Conselho Fiscal é um órgão ligado aos acionistas, cuja competência é, dentre outras, fiscalizar as ações praticadas pelos administradores, opinar sobre as contas da companhia (incluindo, mas não se limitando, a demonstrações financeiras e modificações de capital) e acompanhar a evolução dos tratamentos de GAPs levantados pelos Auditores Independentes e Auditores Internos.

Cabe ao Conselho Fiscal e Comitê de Assessoramento, em especial ao Comitê de Auditoria, assessorar o Conselho de Administração, principalmente nos seguintes temas referentes ao ambiente de controle: (i) acompanhamento da implantação e execução de controles para mitigação dos riscos de negócio; (ii) acompanhamento da implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes; (iii) ter conhecimento dos trabalhos conduzidos pela área de Compliance e, (iv) aprovação do plano de trabalho da Auditoria Interna. Ao Comitê de Sustentabilidade compete a supervisão das atividades da Superintendência de Compliance em relação ao cumprimento normativo e condução do Sistema de Compliance, bem como avaliação do plano de trabalho dessa Superintendência.

A Diretoria Executiva, em relação ao ambiente de controle, tem como principais atribuições: ter ciência, propor e/ou autorizar e acompanhar a implantação e execução dos controles para mitigação dos riscos de negócio, e acompanhar a implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes.

Reitera-se que a Companhia possui uma Superintendência específica para os assuntos referentes a Controles Internos, a qual reporta para a Diretoria Executiva de Controle Patrimonial e Planejamento e comunica mensalmente a alta administração uma síntese do ambiente de controle do Grupo. Existem ainda três outras Superintendências, as quais sejam, (i) Riscos, que se reporta à Diretoria Executiva de Finanças e Relações com Investidores, (ii) Compliance, que se reporta ao Conselho de Administração, por intermédio do Comitê de Sustentabilidade e (iii) Auditoria Interna, que se reporta ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, sendo que tais Superintendências atuam em conjunto para as tratativas dos temas correlatos. Abaixo estão listadas as principais atribuições de cada uma.

Superintendência de Controles Internos: (i) elaborar e executar o plano de trabalho de mapeamento de processos, identificar riscos e desenhar de controles para assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras e não financeiras; (ii) promover semestralmente por parte da alta administração, certificação formal das informações financeiras divulgados ao mercado e, (iii) acompanhar a evolução do ambiente de controle da Companhia, monitorando a implantação e execução dos controles. e, (iv) reportar trimestralmente o status de controle à Diretoria Executiva e aos órgãos de assessoramento do Conselho de Administração por meio de relatórios e apresentações.

Superintendência de Gestão de Riscos: (i) identificar, avaliar e monitorar riscos em consonância com o COSO-ERM (COSO II) e a ISO 31000; (ii) conduzir o processo de elaboração e atualização do mapa de riscos estratégicos da Companhia em conjunto com os pontos focais dos riscos,

5.2 Descrição dos controles internos

recomendando ações mitigatórias; (iii) acompanhar e controlar os indicadores, limites e planos de ação para os riscos identificados; (iv) buscar melhorias contínuas no processo de gestão de riscos; (v) suportar o processo de atualização das políticas de riscos, e (vi) disseminar a cultura de gestão de riscos na Companhia e nas suas controladas.

Superintendência de Compliance: (i) elaborar e manter o programa de integridade em conformidade com o Sistema de Compliance da Neoenergia; (ii) avaliar as violações ao Código de Ética e demais normativos de compliance; (iii) elaborar políticas e normas de compliance, (iv) identificar e conduzir ações de mitigação para os riscos de corrupção e fraude na Companhia, (v) avaliar riscos e aspectos reputacionais de fornecedores e executivos; (vi) conduzir processos de certificação e validações externas do Programa de Integridade, em alinhamento com as melhores práticas de Compliance; (vii) elaborar o relatório anual das atividades de Compliance e prevenção de delitos e, (viii) desenvolver programas de formação e comunicação sobre ética empresarial para colaboradores e executivos, com o objetivo de fortalecer a cultura de integridade.

Superintendência de Auditoria Interna: dentre outras atribuições, (i) planejar e executar o plano anual de trabalho, recomendando controles para o tratamento dos gaps identificados; (ii) monitorar e reportar para a Diretoria Executiva e comitês de assessoramento do Conselho de Administração sobre o acompanhamento e a implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes; (iii) elaborar o relatório anual de atividades de Auditoria Interna; (iv) estabelecer diretrizes sobre requisitos de qualidade e promoção de certificações globais, promovendo avaliações periódicas da área de Auditoria Interna e, (v) definir as linhas estratégicas e o dimensionamento da função de Auditoria Interna no âmbito do grupo Neoenergia.

Cabe às áreas de negócio participarem do desenho dos controles, implementá-los e executá-los.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Superintendência de Controles Internos reporta diretamente para o Diretor Executivo de Controle Patrimonial e Planejamento e tem a função de monitorar a implementação de controles sobre as informações financeiras e não financeiras, bem como a execução e qualidade das evidências dos mesmos na Companhia. Os planos de ação para mitigação de riscos são propostos pelo Diretor Executivo de Controle Patrimonial e Planejamento em conjunto com as áreas de negócio e aprovados pela Diretoria Executiva.

Além disso, a evolução da implementação dos planos de ação é acompanhada trimestralmente pelo Diretor de Controle Patrimonial e Planejamento através do reporte feito pela Superintendência de Controles Internos.

As informações apresentadas à Administração sobre o ambiente de controle demonstram principalmente: (i) percentual de controles implementados e não implementados durante as fases dos projetos de expansão da metodologia aos demais negócios; (ii) percentual de controles executados fora do prazo; e (iii) controles executados como não satisfatórios e, (iv) controles com evidências inadequadas.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

De acordo com o relatório preparado e encaminhado por nossos auditores independentes, relativo às Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não foram identificadas melhorias e deficiências significativas.

A Auditoria Interna realiza avaliações sobre a eficácia dos controles internos baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização. Os resultados dessas avaliações são reportados à alta administração e ao Comitê de Auditoria.

5.2 Descrição dos controles internos

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não foram identificadas deficiências significativas pela auditoria contratada Deloitte no exercício de 2022. Entretanto, todos os pontos de melhoria identificados nos trabalhos dos Auditores Independentes foram direcionados pela Administração, e o tratamento está sendo realizado pelas áreas de negócio com o acompanhamento da Superintendência de Controles Internos.

5.3 Programa de integridade

5.3 -Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

A Companhia dispõe de um conjunto normativo que integra seu Programa de Integridade que, baseado no Sistema de Compliance do Grupo Neoenergia, lhe permite prevenir, detectar e sanar condutas inadequadas por parte de seus colaboradores, bem como educá-los e treiná-los para o fortalecimento de uma cultura de integridade.

Destaca-se nesse conjunto normativo os seguintes documentos:

- Código de Ética;
- Política Geral de Governança Corporativa e Sustentabilidade;
- Política Contra Corrupção e Fraude;
- Política para Prevenção de Delitos;
- Manual de Brindes, Presentes e Hospitalidades;
- Manual de Doações e Patrocínios;
- Política de Compras;
- Política de Risco Reputacional;
- Norma de Limites e Alçadas;
- Manual de Relacionamento com o Poder Público;
- Norma de aplicação de medidas disciplinares;
- Procedimento para Conflito de Interesse e Operações Vinculadas;
- Procedimento de Due Diligence de Fornecedores;
- Procedimento de Due Diligence de Investimento/Desinvestimento;
- Procedimento de Investigação Interna de Relatos;
- Regimento Interno da Superintendência de Compliance; e
- Norma Básica de Auditoria Interna.

- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

Além dos normativos listados acima, o Grupo Neoenergia e a Companhia dispõem de: 1) sistema de reporte para denúncias associado a equipes para investigação interna; 2) procedimentos para consultas, com o objetivo de permitir aos colaboradores esclarecerem dúvidas sobre o Código de Ética e demais normativos de integridade e sua aplicação no dia a dia; 3) questionários de compliance para fornecedores e proponentes de patrocínios; 4) processo de due diligence para avaliação de fornecedores e beneficiários de doações e patrocínios e processo de due diligence para projetos de investimento; 5) avaliação periódica de riscos de compliance e de prática de delitos; 6) treinamentos periódicos gerais sobre Código de Ética e prevenção da corrupção e treinamentos específicos de temas de integridade para equipes e, 7) avaliação de integridade e reputacional para colaboradores em cargo de liderança e de conselhos.

A avaliação de riscos de integridade é efetuada ou revisada periodicamente pela Superintendência de Compliance. O Grupo Neoenergia executa diversas atividades com o objetivo de realizar levantamento de riscos de corrupção e prática de delitos, e, assim, atuar na prevenção e melhoria de seu programa de integridade, garantindo sua efetividade.

Ademais, o monitoramento das condutas de seus colaboradores, por meio de verificações pontuais, bem como pelo tratamento das informações recebidas nos canais de consultas e denúncias, proporciona uma análise das situações e permitem a proposição e implementação de melhorias de processos e procedimentos.

Quanto às políticas de integridade, estas são revisadas periodicamente, ou sempre que necessário, considerando o processo de melhoria contínua do Programa de Integridade.

5.3 Programa de integridade

Além disso, a Companhia é detentora do Selo Pró Ética, concedido pela CGU, em reconhecimento à efetividade de seu Programa de Integridade, conforme previsto no Decreto nº 8.420/15 e seu sucessor, o Decreto nº 11.129/22. Por sua vez, sua Controladora tem certificação ISO 37001, relacionada com a efetividade de seu processo de gestão antissuborno.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Para o funcionamento dos mecanismos e procedimentos internos de integridade O Grupo Neoenergia dispõe de uma Superintendência de Compliance, que se reporta ao Conselho de Administração por intermédio de seu Comitê de Sustentabilidade, com independência de atuação e orçamentária, cuja criação foi aprovada formalmente pelo Conselho de Administração, e que tem como principais atribuições: (i) elaborar e manter o programa de integridade, zelando pela efetividade do Sistema de Compliance; (ii) administrar o canal de denúncias e os relatos nele registrados; (iii) investigar e avaliar as violações aos normativos de ética e integridade; (iv) elaborar/revisar políticas e normas de compliance; (v) identificar e conduzir ações de mitigação para os riscos de corrupção e fraude e condutas ilícitas na Companhia; (vi) estruturar e executar treinamentos e comunicações de integridade para os colaboradores da Companhia e, (vii) efetuar due diligences para executivos, conselheiros, fornecedores e em projetos de investimento.

O Grupo Neoenergia dispõe de outros órgãos que tem responsabilidades correlatas com o Programa de Integridade, e que interagem com a Superintendência de Compliance: (i) Superintendência de Controles Internos, (ii) Superintendência de Gestão de Riscos e, (iii) Superintendência de Auditoria, cujas atribuições já foram especificadas no item 5.3, alínea “b”.

Também fazem parte da estrutura de monitoramento do funcionamento dos mecanismos e procedimentos de integridade do Grupo Neoenergia os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, em especial ao Comitê de Auditoria, cuja atribuição é assessorar o Conselho de Administração, principalmente nos seguintes temas referentes ao ambiente de controle: (i) acompanhamento da implantação e execução de controles para mitigação dos riscos de negócio; (ii) acompanhamento da implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes; (iii) ter conhecimento dos trabalhos conduzidos pela área de Compliance relacionados à eventual fraude contábil ou financeira e, (iv) aprovação do plano de trabalho da Auditoria Interna.

Além disso, a Diretoria Executiva, em relação ao ambiente de controle, tem como principais atribuições: ter ciência, propor e/ou autorizar e acompanhar a implantação e execução dos controles para mitigação dos riscos de negócio, e acompanhar a implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pela Superintendência de Compliance e os Auditores Independentes.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Neoenergia possui Código de Ética formalmente aprovado pelo Conselho de Administração, cuja última atualização ocorreu em 19 de julho de 2022.

Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados:

O Código de Ética se aplica indistintamente a todos os colaboradores do Grupo Neoenergia, independentemente do cargo, posição hierárquica ou tipo vínculo. Aplica-se também aos seus fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

Se, e com que frequência, os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema:

O Grupo Neoenergia oferece, pelo menos anualmente, treinamentos e realiza ações de comunicação contínuas relacionados à ética, integridade, a seu Código de Ética e práticas anticorrupção para sua liderança e seus colaboradores, por meio dos módulos presenciais (não executados em 2021, devido à Pandemia do COVID 19) e online, sendo alguns deles obrigatórios, tais como: Treinamento de Compliance (Código de Ética e Política Anticorrupção) e Treinamento de integridade no programa de integração de novos colaboradores.

5.3 Programa de integridade

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas:

O Grupo Neoenergia possui uma estrutura e previsão normativa para identificar desvios de conduta por meio de investigações, bem como para aplicar eventuais medidas disciplinares cabíveis, além de recomendar aprimoramentos nos processos e procedimentos, a fim de se mitigar o risco de novas ocorrências dos fatos apurados. Na Norma de Medidas Disciplinares também está prevista sanção para não realização dos aceites do Código de Ética e políticas de integridade, bem como, a não realização dos treinamentos obrigatórios de compliance. As sanções previstas e que podem ser aplicadas estão definidas em legislação específica (CLT), e vão desde advertência até demissão por justa causa, a depender da gravidade da conduta, ou ainda rescisão do contrato do executivo ou fornecedor, previsto no próprio Código de Ética e na Norma de Medidas Disciplinares.

Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A atual versão do Código de Ética do Grupo Neoenergia foi aprovada no Conselho de Administração da Neoenergia em 19 de julho de 2022 e divulgada na rede interna da Companhia e no website da Companhia e das respectivas empresas do Grupo, na página Governança Corporativa – Propósito, Valores e Código de Ética.

<https://www.neoenergia.com/pt-br/governanca-corporativa/etica-e-integridade/Documents/Codigo-de-Etica-Neoenergia.pdf>

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros:

A Companhia possui um canal de denúncias externo, de abrangência interna e externa, gerido por empresa especializada contratada.

ii. Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados:

O Canal de Denúncias pode ser utilizado por todos os profissionais do Grupo Neoenergia e pelo público externo, e se destina ao recebimento de relatos de condutas contrárias a normativos internos (como o Código de Ética e as políticas de integridade) e legislações.

iii. Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé:

O Canal de Denúncias, gerido por empresa especializada seguindo as melhores práticas de mercado, proporciona a preservação da confidencialidade e o anonimato do denunciante. Adicionalmente, o Código de Ética estabelece a regra de não retaliação aos denunciantes de boa-fé. A Superintendência de Compliance, que é dotada de autonomia, tem poder para investigar e recomendar medidas disciplinares para eventuais casos de retaliações ou punições contra aqueles que apresentem denúncias ou reclamações.

iv. Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias:

A Superintendência de Compliance é o órgão responsável pela gestão de todo o processo de apuração das denúncias, incluindo a realização de investigações.

5.3 Programa de integridade

- c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

A Companhia não teve casos confirmados nos últimos 3(três) exercícios envolvendo fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

- d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Todas as alterações de Gestão de Risco foram inseridas nos itens anteriores.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Neoenergia Elektro obteve em 2021 o Selo Pró Ética, outorgado pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União. Ademais, sua controladora, a Neoenergia, manteve a sua certificação na Norma ISO 37001 (Gestão de Sistemas Antissuborno), com validade até dezembro de 2023.

A Neoenergia integra o Grupo de Trabalho de Combate à Corrupção da Rede Brasil do Pacto Global da ONU.

A Neoenergia e seis de seus negócios foram classificados na edição especial da revista Exame "Melhores e Maiores 2022". Ao todo, 87 empresas do setor foram listadas em 2022. O anuário avaliou empresas de capital aberto ou com dados públicos, considerando critérios de resultados contábeis-financeiros, crescimento das receitas entre o período de 2020 e 2021. A verificação também considerou aspectos relacionados a ações ESG. Ao todo, mil empresas foram consideradas. A metodologia e a avaliação foram realizadas pelo Ibmecc, com participação de um comitê executivo da revista Exame.